

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

ATA Nº 004

PRESIDENTE - DEPUTADO VALDIR BARRANCO

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Invocando a proteção de Deus e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública por mim requerida com o objetivo de debater a regularização fundiária no Município de Peixoto de Azevedo e cidades circunvizinhas.

Convido para compor a mesa os ilustríssimos senhores e senhoras: Paulo Garcia, Chefe do Serviço de Desenvolvimento do INCRA/MT, neste ato, representando o Superintendente Regional João Bosco de Moraes; Dr. Marcos Antônio Rocha e Silva, Ouvidor Federal Agrário do INCRA/MT; Vereador Paulo Cezar Dendena, Presidente da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo; Celso José Dall'Acqua, Secretário Municipal de Agricultura de Peixoto de Azevedo, neste ato, representando o Exmº Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo; Sr. Daniel Noronha, Executor da Unidade Avançada do INCRA conjunto Peixoto de Azevedo; Srª Francisca da Silva Ribeiro, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Peixoto de Azevedo; Sr. Antenor Inácio Konrath, representando os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Região; Dr. Lutero Siqueira da Silva, neste ato representando o Senador Wellington Fagundes - o Lutero estava a caminho, se não chegou está chegando.

Composta a mesa, convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(É EXECUTADO O HINO NACIONAL.)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Quero neste momento registrar a presença das autoridades que gentilmente compareceram a esta Audiência Pública.

Cumprimento o Sr. Raimundo Israel Pires Oliveira, Vereador da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo; o Sr. Joranir José Soares, Vereador também do Município de Peixoto de Azevedo; o Sr. Ambrosio Pereira de Carvalho, Vereador do Município de Peixoto de Azevedo; o Sr. José Manoel da Silva, Vereador do Município de Peixoto de Azevedo; a Srª Rosangela Matos Dias, também Vereadora aqui do Município de Peixoto de Azevedo; o meu amigo Flávio Gomes da Silva, Vereador aqui do Município de Peixoto de Azevedo; o Sr. Nilmar Nunes de Miranda, Vereador aqui do Município de Peixoto de Azevedo; o Sr. Gilmar Santos de Souza, Vereador aqui do Município de Peixoto de Azevedo - já dá para instalar a sessão da Câmara aqui, tem quórum regimental -; o Sr. Manoel Adilio Toniazzo, Presidente do Sindicato Rural de Itaúba e Vereador de Itaúba; o Sr. Marcos Antônio Bessa, Vereador do Município de Novo Mundo; o Sr. Nevair José Rodrigues de Almeida, Vereador do Município de Nova Guarita; o Sr. Valdinei Rissardi, Vereador do Município de Nova Guarita; companheira Srª Edna Martins Oliveira, a Edna do SINTEP, Vereadora do Município de Colider; a Srª Wania Gonçalves de Oliveira, Vereadora do Município de Matupá; o Sr. Nelson Borges de Barros, ex-Delegado do Ministério do

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

Desenvolvimento Agrário, que será palestrante hoje; o Sr. Pedrinho Medeiros, Diretor Financeiro da AGRIPAC, Distrito de União do Norte, em Peixoto de Azevedo; o Sr. Jesseney Rodrigues Ferreira, Tesoureiro da Associação ACRAMN de Nova Guarita; o Sr. Teobaldo Francisco de Almeida, Coordenador do Acampamento Cinco Estrelas do Município de Novo Mundo; o Sr. Arlindo Pedro, Presidente da Associação Barra Norte de Novo Mundo; e Sr. Joel Machado de Azevedo, Presidente do Partido dos Trabalhadores de Colíder.

Eu quero ainda agradecer o apoio da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, representada pelo Presidente, que não envidou esforços para ceder o espaço e contribuir para que esta Audiência Pública de tamanha relevância pudesse ocorrer.

Faço aqui os meus mais sinceros agradecimentos, não somente em nome da Assembleia Legislativa, mas de todo povo que será beneficiado hoje pela Audiência Pública.

Agradeço a presença da Associação Maria Bonita, do Município de Guarantã do Norte; da Associação Boa Esperança do Município de Novo Mundo; da Associação Barra Norte do Município de Novo Mundo.

Quero agradecer a presença da imprensa local e também da região. Desde que chegamos ontem, tivemos um tratamento muito especial pela imprensa. Isso é muito importante, porque nos ajuda a democratizarmos o acesso à informação nos locais mais distantes e esta Audiência Pública objetiva atender a zona urbana, mas também, de maneira especial, o campo, onde as informações chegam muito melhores através da TV e principalmente das rádios. Então, quero agradecer e cumprimentar a todos.

Agradeço a *TV e Rádio Assembleia*, que estão nos acompanhando, que fazem a cobertura não apenas para o Estado de Mato Grosso.

A *TV Assembleia* tem sido assistida nos assentamentos por onde eu ando, através das parabólicas, e também em outros Estados, atingindo todo o Brasil.

Isso é muito importante para mostrar os trabalhos da Assembleia Legislativa e também para que as lutas de vocês possam ser conhecidas.

Cumprimento também o meu amigo Luiz Bacaneli e a Dona Sonia que fazem a cobertura aqui na região e que são do Município de Nova Bandeirantes e também atuam em Alta Floresta.

Agradeço a presença de todos os produtores rurais, dos agricultores familiares que têm uma atuação de extrema importância para o fortalecimento dessa região e que são os responsáveis por colocar o alimento na mesa dos brasileiros e das brasileiras e que, portanto, merecem todo o nosso apoio, todo o nosso respaldo e todo o nosso respeito.

Quero agradecer a presença dos profissionais da educação pública, professores e diretores das escolas municipais e estaduais. Já no período da manhã, logo cedo, tive a oportunidade de recebê-los para uma conversa e para ouvir as necessidades das escolas públicas aqui de Peixoto de Azevedo e levarei as reivindicações para que possamos cobrar do Governador do Estado, da Secretaria de Estado de Educação.

Também recebi, hoje, da Professora Edna, Vereadora de Colíder, a informação aflita de que, a partir de amanhã, os médicos do Hospital Regional do Município de Colíder entrarão em greve, porque há mais de quatro meses não recebem seus salários. Imediatamente, entrei em contato com o Secretário de Estado de Saúde, Dr. João Batista, que se comprometeu de na terça-feira à tarde fazer os pagamentos para essa região e principalmente para que os que carecem de atendimento do Hospital Regional de Colíder não pereçam por conta da irresponsabilidade do Governo do Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

Quero agradecer de modo muito especial os meus colegas do INCRA, o Paulo Garcia, que coordena o programa de titulação do INCRA/MT, que gentilmente se colocou à disposição para estar presente aqui; também o Dr. Marco Antônio, que é o Ouvidor Agrário do INCRA/MT, tenho certeza de que a presença de vocês aqui hoje muito contribuirá, Paulo e Dr. Marco Antônio, para que nós possamos avançar na discussão e nas demandas da regularização fundiária aqui dessa região.

Agradeço também o Wender aqui da unidade avançada, o Carlinhos, o Serginho, o Daniel que é o novo chefe da Unidade Avançada e que lutam no dia a dia com dificuldades, mas com muita força de vontade para honrar a demanda e honrar a história do INCRA aqui nesta região.

Quero cumprimentar também os movimentos sociais, que lutam ou por um pedaço de chão onde se possa, com dignidade, criar sua família ou também pela regularização dos assentamentos já criados. O movimento social tem fundamental importância. Quero cumprimentar o companheiro Sr. Juca que tem toda uma história de dedicação aqui nesta região, tanto na luta pela implantação de projetos de assentamento, mas também na pós-implantação quando vêm as demais lutas.

Eu sei que aqui nesta tarde de hoje, nós teremos a oportunidade de ouvir demandas, de ouvir angústias e de muitas pessoas que vêm em busca de soluções. Muitos que já foram assentados pelo INCRA e precisam avançar na regularização fundiária, na titulação das suas parcelas, para que possam criar suas famílias com mais dignidade, para que possam ter a segurança jurídica de que aquele lote é seu e ninguém mais toma e sobretudo, poder se incluir nos recursos oriundos das instituições bancárias, que não são poucos, e que quem não tem o título de domínio ou definitivo ou mesmo provisório, o Contrato de Concessão de Uso - CCU, tem enorme dificuldade, às vezes fica inacessível a esses recursos das instituições bancárias, tão importantes para que vocês possam melhorar a tecnologia da sua produção, melhorar as habitações, melhorar a sua produtividade, melhorar as condições de vida e dignidade da família e principalmente contribuir com o desenvolvimento dos Municípios, do Estado de Mato Grosso e do Brasil.

Então, nossa Audiência Pública tem por objetivo, nessa tarde de hoje, com todo o calor que vamos enfrentar, principalmente avançarmos na regularização fundiária aqui dessa região.

Nós vivemos aqui, Sr. Paulo, nessa região norte do Estado, em uma região de solo muito fértil, em uma região para a qual, as famílias que aqui estão, foram atraídas, inclusive por chamamento do Governo Federal à época, quando o Governo precisava integrar a região Amazônica para não perder para interesses internacionais e essas famílias vieram para cá nas décadas de 70, de 80 para abrir essa região, para ocupar essa região, para produzir nessa região e para contribuir com o chamado do Governo Federal. E com muito suor, com muito trabalho, com muita vontade, essas famílias foram construindo a sua história e, na maioria das vezes, sem a presença do poder público. As mãos do poder público, os braços do poder público são pequenos demais - foram, pelo menos ao longo desta história - para alcançar as demandas dessa região.

O poder público tem uma dívida social muito grande com as famílias da região, seja ele municipal, estadual e federal. Mas a esperança dessas famílias que eu as conheço tão bem, nunca se apagou. Eu tenho certeza... É esse nosso objetivo na tarde de hoje, que possamos dialogar com vocês, ouvir as autoridades que vão começar daqui a pouquinho a falar para vocês em um cumprimento breve, para depois nós abrirmos a palavra, o direito a voz para vocês, as inscrições estarão abertas para aqueles que quiserem fazer as suas falas, os seus questionamentos.

E, no final da Audiência Pública, após as falas de vocês, cada uma das autoridades aqui presente, quando os assuntos em que vocês tocarem forem pertinentes a elas,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

retomarão a palavra para fazer os encaminhamentos. Eu tenho certeza de que nós avançaremos aqui hoje. Sem dúvida nenhuma, nós avançaremos muito mais tendo Audiência Pública, Juca, do que se nós não tivéssemos a Audiência Pública. E é esse o objetivo do meu mandato.

O mandato Parlamentar de quem passou pelo INCRA, de quem pode conhecer um pouquinho, porque o INCRA é complexo e lá nós temos profissionais da mais alta relevância, que têm conhecimento muito amplo e nós pudemos absorver um pouco desse conhecimento, mas, principalmente, da demanda, da necessidade dos nossos assentados e daqueles que ainda aguardam serem assentados. É por isso que assumindo o mandato na Assembleia Legislativa, no último dia 21 de setembro, nós assumimos levar adiante essa nossa bandeira e, sobretudo, a nossa plataforma Parlamentar, que é de fazer com que o campo possa avançar, com que a regularização fundiária ocorra nas cidades também, porque são muitos Municípios em que a cidade ainda não tem documento.

Aqui em Peixoto de Azevedo, nós podemos fazer com o “Terra Legal” a doação do título da área urbana. E, agora, aos poucos, o Município vai fazendo a regularização individual de cada um dos moradores, que terão as suas escrituras para acessar os recursos junto aos bancos e poder, também, além de ter segurança jurídica, melhorar as suas construções, investir nos seus comércios ou na sua casa.

No Município de Novo Mundo também foi feito isso, mas ainda há muito por se fazer também na cidade.

Então, esse é o objetivo, estamos aqui para contribuir, o INCRA é o nosso parceiro, e nosso mandato é e será parceiro do INCRA do Estado de Mato Grosso para que nós possamos avançar. É no diálogo, é na proposição e é na força de vontade que vocês, não tenham dúvida nenhuma, que cada um e cada uma que estão aqui hoje estão imbuídos dessa força de vontade de podermos avançar naquilo que for apontado aqui.

Então, a Audiência Pública tem esse objetivo, falaremos, mas vocês falarão, ouviremos vocês, levantaremos as demandas, o que puder ser, na tarde de hoje, já encaminhado pela mesa será, o que não puder será feito um resumo, nós levaremos tanto às autoridades que representam as instituições quanto ao meu mandato, nós levaremos para Cuiabá, continuaremos acompanhando e apoiando o INCRA para que nós possamos avançar e trazer melhorias aqui para vocês.

Em tempo, quero aqui chamar para a mesa: Sr^a Benta Noletto de Brito Borges, Vice-Prefeita Municipal de Peixoto de Azevedo; meu amigo, Vereador Celso Henrique, Presidente da Câmara Municipal de Guarantã do Norte; Dr. Odonias França de Oliveira, Defensor Público de Peixoto de Azevedo.

Também agradecer aqui a presença dos Vereadores do Município de Guarantã do Norte: aqui temos o Irmão Alexandre, meu amigo Valter do Sindicato, Sr. Silvio Dultra, Sr. Nonato Duarte, Celso, que eu já chamei aqui para a Mesa, campeão de votos no Brasil; da Sr^a Sandra Mello Moura, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Guarantã do Norte; do Sr. Almir Magalhães, Secretário de Agricultura do Município de Novo Mundo; dos Vereadores de Novo Mundo: Sr. Nativo Luís Kraemer; meu companheiro, Sr. Zenil Aparecido de Araújo; Sr. Amado Santos de Oliveira.

Quero, já para dar início a esta Audiência Pública efetivamente, convidar para fazer o uso da palavra Sr. Nelson Borges de Barros, ex-delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que disporá de quinze minutos para proferir sua apresentação.

O SR. NELSON BORGES DE BARROS – Boa tarde a todas as pessoas presentes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

Quero agradecer o convite do Deputado Valdir Barranco, que solicitou esta Audiência Pública, e também em nome dos representantes da mesa, tanto na representação aqui do INCRA e também na representação dos trabalhadores rurais e dos membros das Câmaras Municipais e também a representação aqui dos Municípios.

Em nome do Presidente da Câmara, agradecer aqui também o espaço para realizar esta atividade e dizer que serei breve para introduzir de uma forma mais geral a discussão sobre a regularização fundiária, até porque essa discussão não é a primeira vez que faz aqui neste mesmo local e também como nos outros Municípios, discutindo a tão chamada regularização fundiária e regularização também ambiental. Então, essa é a proposta que se coloca na ordem do dia para que nós possamos colocar em discussão mais uma vez a regularização fundiária, até porque é muito importante não só para o Município de Peixoto de Azevedo, mas para toda região.

Gostaria de lembrar que esses procedimentos ocorrem já há muito tempo, tanto nos processos de regularização tocados pelo INCRA e também pelo INTERMAT quanto em outras atividades realizadas, vou citar aqui o mutirão “Arco Verde Terra Legal”, que teve o lançamento pelo Presidente Lula, à época, em Alta Floresta, e o primeiro Município que realizou esse mutirão foi Peixoto de Azevedo, onde foi discutida essa situação, e de lá para cá houve algumas ações tanto do Terra Legal e como também do próprio INCRA e do próprio INTEMAT.

Só para citar alguns exemplos como a situação, que foi citada pelo Deputado Valdir Barranco, da regularização urbana aqui do Município, que foi uma ação de doação por parte do Terra Legal para regularizar a área urbana, são 07 títulos que foram doados ao Município. A questão do repasse da Gleba Jarinã, também cabe ao Estado fazer a regularização, por meio do INTERMAT, assim também como outra gleba, a Maiká, em Marcelândia, e Gleba Cristalina, que faz divisa com vários Municípios como Novo Mundo e Alta Floresta. Então, ações que surgiram a partir dessa discussão que foi realizada aqui no chamado mutirão “Arco Verde Terra Legal”.

Também, já como desdobramento dessa discussão, os processos de georreferenciamento de terras públicas federais que foram tocadas na região com contratação de algumas empresas para proceder ao georreferenciamento, identificar os limites das glebas públicas federais e também a ação em parceria com o INTERMAT na regularização dos ocupantes que estão em curso. Algumas bem sucedidas e outras não tão bem assim, como serão explicitadas aqui possivelmente no decorrer desta Audiência Pública.

E também já dizer que o incremento para realizar essas atividades depende da legislação. Então, a questão do marco legal também foi discutida e rediscutida. São várias ações que identificamos, que orientaram para proceder com elementos mais atualizados sobre a questão do marco legal.

Vou citar alguns aqui: a questão ambiental com o novo Código Florestal, que agora passa a estar em vigor, e nós temos que trabalhar com esse novo Código Florestal, a Lei do Terra Legal, que é a lei de regularização fundiária na Amazônia Legal, que orienta os procedimentos para a regularização tanto rural quanto regularização urbana em áreas de assentamentos de reforma agrária. Na regularização ambiental entra a questão do CAR, que nós estamos discutindo e implementando em vários assentamentos, em várias áreas de ocupação também.

E, por último, a Medida Provisória nº 759, que propõe uma nova forma para efetuar a regularização fundiária e também os assentamentos e a titulação em área de assentamento. Uma Medida Provisória que está sendo implementada agora, que está sendo discutida na Câmara Federal, e que reorienta em alguns aspectos, favorece em alguns aspectos e em outros também há controvérsias da sua efetividade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

Então, passam a ser discutidos também esses referenciais, essa nova legislação, para efetivar de forma mais consistente os procedimentos por meio do INCRA, do INTERMAT, do Terra Legal, nesses procedimentos de regularização.

E um dos elementos muito importantes que já foi falado, já foi citado aqui, é a questão das parcerias, e essas parcerias começam normalmente com a reivindicação dos assentados e dos ocupantes das terras para realizar os acordos de cooperação técnica, envolvendo tanto o INCRA quanto o INTERMAT, quanto o Terra Legal, e as prefeituras na busca de alternativas para realizar esses trabalhos, tanto de georreferenciamento quanto de titulação ou também de demarcação da própria área de terra e de lotes urbanos.

Então, passa a ser fundamental a presença das pessoas. E eu gostaria de elogiar a participação efetiva e ativa da representação da sociedade, tanto dos movimentos sociais quanto da representação das organizações, associações, cooperativas e também movimentos que estão trabalhando e, com certeza, reivindicarão para agilizar, de forma mais consistente. E aí as parcerias em vigor superam a chamada dificuldade financeira. Então, o esforço entre as partes para superar a tão chamada dificuldade financeira nessas parcerias... Que se resolve somando esforços e buscando a melhor resolução do problema.

Estão colocados também na Ordem do Dia alguns desafios. Esses desafios não sou eu que estou trazendo aqui. As pessoas que nos apresentaram, tanto durante as audiências públicas anteriores quanto também nas visitas aos assentados e as lutas pela terra quanto também os desafios das áreas urbanas.

Os desafios alguns citados: promover a conclusão dos processos de titulação urbana e rural - quer dizer, têm muitos processos em andamento, mas a dificuldade e a demora ainda são muito grandes; finalizar o georreferenciamento de projetos de assentamentos em glebas públicas e das parcelas, tanto dos assentados quanto dos ocupantes de áreas que ainda não foram tituladas - então, o georreferenciamento hoje é uma exigência inicial para que se proceda o chamado processo de regularização fundiária; buscar a homologação dos assentados junto ao INCRA, quer dizer, é uma demanda muito grande de homologação, e não conseguimos efetivar isso da forma que é solicitada por esses assentados. Então, tem que ter um esforço concentrado, um maior esforço por parte das organizações e por parte do próprio Governo Federal, Estadual para implementar essas ações; realizar os desbloqueios dos assentados, que foi realizado pelo TCU - uma demanda que é constante, tem mais de 60% que foram bloqueados e isto precisa ser efetivado, já está sendo concretizado, grande parte desbloqueados, mas ainda tem muita gente com dúvida de como vai ficar isso. Então, é uma demanda apresentada também nos eventos que participamos; garantir apoio para a infraestrutura dos assentamentos e nas áreas de ocupação: estrada, acesso à estrada, a questão das casas para melhorar a moradia e outros investimentos, a questão da água, poços artesianos e por aí vai, várias medidas de infraestrutura; apoio à produção, e entra aí a questão do apoio para viabilizar o acesso ao crédito. Não basta ter um pedaço de chão se as pessoas vivem lá sem acessar o crédito mínimo para promover o desenvolvimento da sua família e também garantir a comercialização dos seus produtos.

Em resumo, nós temos uma demanda grande e isso historicamente foi apresentado, e foi contextualizado aqui na região, tanto na abertura para a região da Amazônia, quanto também agora na concretização dos projetos de assentamento e na efetivação também de áreas para garantir a permanência e o fortalecimento da produção para que tenhamos um desenvolvimento mais sustentável aqui na região.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

Nós passamos por vários ciclos, ciclo da madeira, ciclo do garimpo, agora nós estamos trabalhando para concretizar uma agricultura mais sustentável e com base na agricultura familiar.

Acho que esse é o grande desafio e essas reivindicações colocadas, esses desafios colocados, é que podem nos subsidiar para orientar as nossas ações aqui a partir desta Audiência Pública.

Agradeço a oportunidade, desejando uma boa Audiência Pública e um bom encaminhamento para as soluções dos problemas.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Quero convidar para tomar assento à mesa, o meu amigo Sr. Lutero Siqueira, neste ato representando também o Senador Wellington Fagundes; convido também o Prefeito Valter Kunh, Prefeito do Município de Terra Nova do Norte.

Eu quero agradecer a presença da Vereadora de Peixoto de Azevedo, Elizabeth dos Santos Costa e cumprimentar o meu amigo Altamiro, que está também presente, e tem toda uma experiência na luta pela agricultura familiar; cumprimento e parabeno toda a equipe do Cerimonial da Assembleia Legislativa, que está nos acompanhando, sem as quais, sem essas representantes, não teríamos o sucesso para fazer, principalmente, o registro, e o cerimonial.

Convido para fazer o uso da palavra o Presidente desta Casa de Leis, o Vereador Paulo Cezar Dendena.

Regimentalmente, cada um dos que fará uso da palavra terá três minutos.

O SR. PAULO CEZAR DENDENA - Boa tarde a todos!

Eu quero, primeiramente, agradecer a Deus por esta oportunidade e parabenizar o Deputado Valdir Barranco pela iniciativa; agradecer o Presidente da Assembleia Legislativa por acatar esta Audiência Pública em nosso Município para representar os demais municípios da região; em nome do nosso Coordenador da Unidade do INCRA de Guarantã do Norte, cumprimento todos os membros do INCRA que se fazem presentes; em nome do Juca do Sindicato, que é o nosso eterno Presidente de Peixoto de Azevedo, agradeço todos os membros de Sindicato que se fazem presentes nesta Audiência Pública; em nome do Presidente Celso, cumprimento todos os Vereadores presentes dos municípios vizinhos; em nome da nossa Vice-Prefeita, cumprimento os Prefeitos presentes de todos os municípios vizinhos e também agradeço a presença dos nossos Pares, também: o Jurandir, o Zé Fiscal, o Paulistinha, o Gilmar do Esporte, o Ambrósio, o Flávio Gomes, o Dr. Alex e a Vereadora Beth.

Nós vemos a importância desta Audiência Pública para discutir a regularização fundiária, porque é um tema que temos sido cobrados diariamente quando fazemos visitas aos nossos assentamentos.

É muito importante e louvável esta Audiência Pública. Esperamos que saiam daqui frutos. A semente está plantada. Vamos cobrar o Deputado, que é o autor desta Audiência Pública, e, também, os nossos amigos que representam o INCRA aqui, o Daniel que está aqui em nome do Terra Legal, do MDA.

Enfim, quero agradecer a todos!

O representante do nosso Senador, o Lutero, que conhecemos há muito tempo, quero agradecer por estar nesta Audiência Pública.

Precisamos da mobilização de todos os políticos, de todas as classes: vereadores, prefeitos, deputados, senadores, governo, para que realmente possamos atingir o objetivo que é dar

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

legalidade às propriedades rurais não só de Peixoto de Azevedo, mas de toda Região Norte de Mato Grosso. Esse é um problema muito sério. Temos poucas linhas de crédito, justamente, porque os proprietários não têm, às vezes, sequer o CIPRA.

Quero fazer esta cobrança ao Deputado e aos membros do INCRA para que possam, realmente, olhar com carinho a nossa Região Norte de Mato Grosso, porque temos sofrimento de cada um que se faz presente, hoje, aqui. Temos vários municípios participando desta Audiência Pública, mas o objetivo é só um: ter os nossos documentos. Então, o sofrimento não é só do povo de Peixoto de Azevedo, mas de toda essa região. Por isso, faço esta cobrança e acredito que depois desta Audiência Pública continuaremos cobrando. Não vamos entrar no esquecimento. Então, isto é somente o começo. Representando a Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo estamos fazendo esse elo entre os nossos assentados, os nossos proprietários de áreas rurais, para que o INCRA, realmente, possa dar o merecimento deles, que são os documentos dessas áreas.

Estas são as minhas palavras. Tem muitas pessoas para falar, ainda, e o objetivo é ouvir a demanda de vocês que se fazem presentes aqui.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Presidente.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Antenor Inácio Konrath (Juca Sindicato).

O SR. ANTENOR INACIO KONRATH (JUCA SINDICATO) – Cumprimentar o nosso Exmº Deputado e companheiro Valdir Barranco e em seu nome cumprimentar todas as autoridades que compõem a mesa; em nome do nosso Presidente da Câmara, companheiro Paulo, cumprimentar todo o público presente.

Dizer ao senhor, Deputado, que para nós é motivo de satisfação participar desta Audiência Pública sabendo da grande demanda de problemas que temos, principalmente, nas áreas de assentamentos da nossa região. E quando falo é porque Peixoto de Azevedo tem 3.060 famílias assentadas e onze projetos de assentamentos implantados.

O INCRA, hoje, Dr. Paulo, que representa o Superintendente aqui; companheiro Daniel, da região, tem uma dívida muito grande com os assentados no tocante a se fazer essa regularização. Nada melhor do que esta Audiência Pública para discutirmos e tirarmos alguns caminhamentos para buscarmos parcerias para resolver esses problemas que vivemos.

Temos um problema sério e falo em nome de todos os municípios da nossa região, em nome de todos os companheiros do movimento sindical, pois temos, hoje, essa grande demanda de famílias que já estão nos assentamentos há dez, quinze anos e, agora, tiveram seus cadastros bloqueados no INCRA e enfrenta dificuldades para a aquisição de alguns créditos. Isso é muito preocupante, porque estamos vendo muito lento o sistema do INCRA na questão desse desbloqueio. Então, tem que se discutir alguma alternativa para que isso seja resolvido o mais breve possível.

Dizer, também, a vocês que estamos participando desta Audiência Pública e, ao final, com certeza, também, estaremos à disposição para contribuir para que alguns encaminhamentos sejam feitos para resolver essa situação do nosso Município e da nossa região.

Boa tarde a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Juca.

Convido para fazer uso da palavra a Srª Francisca da Silva Ribeiro, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Peixoto de Azevedo.

A SRª FRANCISCA DA SILVA RIBEIRO – Boa-tarde a todos e a todas!

Às vezes, vem um, vem outro, e sempre falam a situação em que se encontra nosso município, os nossos assentados que estão sem conseguir regularização há muito tempo. Eu já estou

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

há quatro anos na Presidência do Sindicato e tem gente que montou o processo, mas até hoje não conseguiu nada. Isso é muito ruim para as nossas famílias que estão nos assentamentos precisando se regularizar, mas não conseguem devido à demora nas homologações. O sistema parou e quem sofre são os nossos assentados que estão a 150 quilômetros, a 200 quilômetros, longe do Município de Peixoto de Azevedo.

A luta do nosso companheiro Daniel aqui... Esse menino eu acho que tem três meses que está exercendo a sua atividade no INCRA como executor. Acho que ele está passando o tempo dele muito mais em Cuiabá tentando resolver o problema da situação da nossa unidade que atende em Guarantã do Norte.

Então, é uma situação muito complicada, Deputado, o que estamos vivendo dentro do nosso município, não é só Peixoto de Azevedo como Guarantã do Norte, Matupá. Então, está muito difícil!

Eu acredito que Vossa Excelência, como Deputado, teria uma saída para resolver a situação dos nossos municípios.

Acho que se juntar, se tiver a união de todos para conseguir resolver o problema dos nossos municípios, será muito interessante para as nossas famílias, tanto agricultor como, também, da área urbana.

Muito obrigada a todos que estão presentes! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Convido o Sr. Celso José Dall'Acqua, Secretário Municipal de Agricultura do Município de Peixoto de Azevedo.

O SR. CELSO JOSÉ DALL'ACQUA - Boa tarde a todos!

Desculpe-me, porque depois de uma voz maravilhosa como do Deputado, vocês têm que ouvir uma voz como a minha, de taquara rachada como a minha, mas isso não me impede de falar. Eu tive câncer na garganta, por isso estou pagando o preço.

Quero dizer uma coisa: em meados do Século XVIII um cara chamado Abraham Lincoln disse: "Se dizimarem as cidades e preservarem os campos, as cidades perecerão".

Isso dito, temos visto agora, já foi do INCRA - o senhor mesmo disse e todo mundo aqui sabe - saber que tem gente tentando resolver o problema que o Governo não quer ver ou não quis até agora pelo menos. Nós sabemos que não se abre um posto de saúde sem que tenha um médico responsável e se abrem assentamentos inteiros sem um agrônomo para assistência.

E não adianta colocar, Deputado, uma chamada pública, como tem sido feito, que são paliativas, porque o médico tem que conhecer o paciente para saber o histórico dele. Assim também tem que ter um agrônomo que siga o pequeno produtor responsável pela produção de alimentos neste País, que é a agricultura familiar, que não tem tido o respaldo necessário de assistência técnica. Eu falo por ser agrônomo, mas não tem tido nem mesmo o respeito de se ter documentação.

Parabenizo Vossa Excelência pela iniciativa, porque não é de hoje que se fazem Audiências Públicas para discutir regularização fundiária e nada disso tem sido resolvido até hoje.

Então, quero parabenizar a todos que estão aqui, porque estão lutando por um direito que é ter o documento da terra. Se eu perco o meu CPF por um motivo ou por outro, uma pessoa sem CPF não é ninguém. Agora, um produtor sem documento da terra também não consegue nada, não consegue sobreviver.

Nós temos visto filhos de agricultores saindo do meio rural, buscando trabalhar na cidade e, na verdade, agora com essa crise do desemprego tem muita gente tentando voltar e nem isso consegue, justamente, por não ter esses documentos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

Então, quero agradecer a iniciativa e cumprimentar a todos que estão aqui. Estamos juntos! Vamos ver o que conseguimos fazer para melhorar esses municípios e este País que, infelizmente, está na situação que está por desmandos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Celso.

Realmente, a presença da Assembleia Legislativa é fundamental, porque sabemos dos problemas que afetam essa região, os assentamentos, a questão, principalmente, da regularização fundiária e as dificuldades que vocês encontram, inclusive financeira, de ir até a Capital em busca de soluções e muitas vezes, quando vão, também não obtém êxito.

Portanto, é muito mais fácil e é nossa obrigação também. Parlamentar é eleito não só para ficar no ar condicionado, não é para voltar aqui só para pedir o voto, tem que vir para trabalhar, e a Audiência Pública tem esse objetivo também.

Eu convidar para fazer uso da palavra o Sr. Lutero Siqueira, mas antes quero dizer que ele tem sido um grande parceiro nosso.

O Sr. Lutero foi Superintendente do INCRA do Estado Mato Grosso, foi Prefeito de Guarantã do Norte, tem uma paixão, assim como nós, pela agricultura familiar e temos trabalhado juntos há um ano e meio, através do mandato do Senador Wellington Fagundes, pelas melhorias.

Estamos propondo algumas Emendas à Medida Provisória nº 759. É importante destacar que a Legislação Agrária, a Lei 8.629, é de 1993. E quando você faz uma legislação é natural que aos poucos ela tenha que sofrer adequações ao longo do processo. Ela passou muitos anos sem que fosse adequada.

Depois de muita luta tivemos a Lei nº 13.001, de 2014, mas ainda não era adequada. E esse trabalho que tem sido feito gerou a Medida Provisória nº 759, de 22 de dezembro de 2016, mas ainda não estamos satisfeitos. Não é, Sr. Lutero?

O Sr. Paulo também tem nos ajudado. Temos trabalhado em proposições de Emendas que já foram apresentadas pelo Senador Wellington Fagundes para que possamos melhorar do ponto de vista de vocês, melhorar para o povo.

A ampliação do prazo das vistorias, por exemplo, Sr. Paulo, que é de seis meses, porque quando se faz uma vistoria, ela caduca, vence, e estamos propondo que vá para dois anos.

A permissão das parcerias, através de acordo de cooperação técnica, a Legislação não permite isso. Isso inviabiliza, porque eu enquanto Superintendente fiz vários acordos de cooperação que tiveram bons resultados, mas é sempre arriscado.

Agora, nós estamos buscando, por meio de Emendas, inserir no texto da lei para que os técnicos e o Superintendente do INCRA também estejam respaldados.

O prazo para a baixa da condição resolutive havia sempre uma dificuldade em saber a partir de quando se contava. Contava-se da data do CCU, mas a Lei 8.629 disse que o CCU é expedido no momento que seleciona a família e homologa a família. No entanto, não é bem isso que acontece na prática. Às vezes, a família fica homologada cinco, dez, quinze anos, aí vai receber o CCU. Depois, quando recebia o título esse período ficava desperdiçado. Estamos sugerindo que passe a contar a partir da data da homologação.

Então, são muitas emendas, são parcerias como essa, por meio do mandato do Senador Wellington Fagundes, a Medida Provisória nº 759 está no Senado da República, depois vai para a Câmara dos Deputados. O que não for acolhido no Senado, nós vamos trabalhar na Câmara. Essas parcerias são importantes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

Convido para fazer uso da palavra o nosso amigo Lutero, que muito tem contribuído conosco.

O SR. LUTERO SIQUEIRA DA SILVA – Boa tarde a todos!

Quero cumprimentar a nossa Vice-Prefeita, em seu nome cumprimentar os demais Prefeitos, os demais Chefes do Executivo desta região presentes aqui; por meio do Paulinho, Presidente da Câmara, cumprimentar todos os demais Vereadores de toda região, especialmente de Peixoto de Azevedo; cumprimentar o representante do nosso amigo Bosco, que é Superintendente do INCRA de Mato Grosso; cumprimentar o representante do Programa Terra Legal e, principalmente, o Deputado Valdir Barranco, parabenizá-lo pela iniciativa de trazer o debate da questão agrária para o interior do nosso Estado.

Acabei de tirar duas fotos ali e mandei no *whatsApp* do Senador para que ele veja a grande mobilização que aqui se encontra neste momento.

A última vez que eu estive nesta Casa de Leis foi para receber um Título de Cidadão de Peixoto de Azevedo. E como cidadão peixotense sinto um pouco de tristeza ao ver que depois de 21 anos desapropriamos a Cachimbo, fizemos o assentamento, junto com a FETAGRI deixamos a fome e lançamos a produção não temos ainda um título definitivo para a melhoria objetiva dos assentados da reforma agrária nesta região. Isso se dá em todo Mato Grosso.

Eu acho que nós temos uma oportunidade neste momento de melhorar isso. É essa a palavra de esperança e de expectativa que abrimos neste momento.

Como o Deputado Valdir Barranco falou, há um ano e meio nós nos juntamos - o Deputado Valdir Barranco, a FETAGRI e outras lideranças do Estado - no interesse de construir uma legislação que seja mais realista com a vida cotidiana dos assentamentos. Afinal de contas, o que atrapalha é não ter o título, afinal de contas o que atrapalha é essa contagem dos dez anos das baixas de condições resolutiveiras dos títulos, afinal o que atrapalha é não ter um lote depois de vinte anos ter sido demarcado, ter sido feito o seu georreferenciamento.

Mas nesse um ano e meio eu acho que nós já colhemos alguns frutos.

A Bancada Federal de Mato Grosso, liderada pelo Senador Wellington Fagundes, colocou no exercício de 2017 - o Senador foi o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias do orçamento público do Brasil no ano passado -, e todos os Deputados Federais e os três Senadores de Mato Grosso se juntaram e colocaram duas emendas impositivas para aplicação em políticas públicas em Mato Grosso, uma para área de saúde que vai atender especialmente o novo hospital e pronto-socorro de Cuiabá e a outra medida, outra emenda impositiva, foi na área do georreferenciamento da titulação definitiva no valor de 68 milhões de reais.

Então, eu deixo aqui essa informação com o intuito, Deputado Valdir Barranco, de nos juntarmos junto com as lideranças regionais e locais, para que ajudemos o INCRA nessa tarefa enorme que será também fazer a aplicação desses recursos, porque quem já passou pela administração pública sabe do grande trabalho, da grande dificuldade para você conseguir aplicar e gastar o dinheiro público.

Espero que o INCRA em Mato Grosso tenha capacidade operacional, tenha condições para fazer isso. Eu sei das dificuldades que o INCRA passa, me deixa um rastro também de tristeza ver a diminuição galopante do número de servidores que o INCRA tem, mas eu tenho certeza que os valorosos servidores do INCRA vão se juntar e fazer desse desafio que a Bancada Federal de Mato Grosso traz para o nosso Estado – e é a primeira vez que se coloca uma emenda impositiva desse valor no nosso Estado -, para que nós melhoremos essas coisas aqui, Deputado Valdir Barranco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

É impressionante! Estive aqui há 22 anos entregando os títulos da Gleba ETA aqui no comercial. Não teve mais títulos. Os únicos títulos que foram entregues aqui no PA Cachimbo, já se vão, se eu não me engano foi em 2004, em 2000, vejam bem, dezessete anos.

Então, eu gostaria aqui de trazer a expectativa para vocês que o Senador Wellington Fagundes - em parceria com a FETAGRI, com os movimentos sociais de Mato Grosso, com outras lideranças políticas do nosso Estado e todos os Parlamentares de Mato Grosso - tem no seu mandato, através do nosso trabalho, um olhar específico e tentar fazer durante os seus oito anos um trabalho virtuoso para que possamos fazer a titulação de todos os assentamentos de Mato Grosso.

Este é o nosso grande objetivo.

Fui convidado para esta tarefa, fiquei um pouco inseguro de fazer isso porque o tempo passa e a gente não vê as coisas acontecendo, mas o Senador me convenceu dizendo assim: “Lutero, se você está reivindicando, está dizendo, está destacando esses problemas, com o Deputado Valdir Barranco, que sempre trabalhou em parceria com o Senador, porque você não dá uma contribuição e me assessora nisso. Então, estou colocando mais uma vez a minha vida pessoal na atividade pública com esse objetivo.

Se Deus quiser, Deputado Valdir Barranco, a gente trabalhará e alcançará as coisas!

Eu sempre tive muita sorte, sempre fui muito realizador e, tenho certeza, com a ajuda de todos, especialmente com a ajuda agora da Assembleia Legislativa, que pela primeira vez tem uma voz que defende a reforma agrária, e acho isso muito importante - e temos voz que defende a saúde, que defende a educação, que defende o agronegócio -, temos que ter voz também que defenda a agricultura familiar, que defenda a pequena e a média propriedade rural no Mato Grosso e no Brasil. É isto que o mandato do Senador Wellington Fagundes está fazendo por vocês.

Podem contar com o trabalho dele, junto, ombro a ombro, com o trabalho do Deputado Valdir Barranco.

Um abraço a todos.

A esperança e a expectativa é que tenhamos dias melhores na agricultura e na reforma agrária em Mato Grosso. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Quero cumprimentar o Sr. Marcos Aragão, o Marquinhos, Vereador da Câmara Municipal de Colider.

Convido para fazer uso da palavra o Presidente da Câmara Municipal de Guaratã do Norte, o Sr. Celso Henrique.

O SR. CELSO HENRIQUE – Boa tarde a todos!

Para nós de Guaratã do Norte é uma satisfação imensa Deputado Valdir Barranco, autoridades, Sr. Paulo, da equipe do INCRA, Sr. Juca, Sr. Lutero Siqueira.

Eu tenho certeza que principalmente nós vereadores também temos que estar unidos, as Câmaras de todos os Municípios da nossa região, para ter força para levar a realidade porque às vezes os Deputados, os Senadores que estão em Brasília, em Cuiabá, e nós vereadores fomos eleitos para correr atrás, para levar ao sindicato, ao INCRA, que está todo dia presente com a gente, aos prefeitos, temos a obrigação de correr atrás, levar a realidade e ir para cima.

Não é a toa que a gente chega em Cuiabá, em Brasília e somos bem atendidos, graças a Deus.

Eu tenho certeza, agora estamos vendo, que realmente vocês terão um pouco mais de respeito, juntando todo esse grupo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

O Senador Wellington Fagundes é uma pessoa que sempre se preocupou com Mato Grosso, tem um trabalho prestado nos 141 Municípios - não é Sr. Lutero? -, tem a sua confiança grande, tem o conhecimento dessa nova equipe do INCRA, muitos profissionais, os nobres Vereadores, os nossos Presidentes de Câmara, principalmente o amigo Deputado Valdir Barranco, que é uma pessoa que sempre se preocupou com o homem do campo.

Meu finado pai tinha um ditado: “Não adianta você trazer indústria para a região. A primeira coisa é o homem ter um pedaço de terra e um título, porque a partir do momento que ele tem um documento, ele tem como fazer um financiamento e fazer as coisas acontecerem no município e toda região”.

E temos que ter respeito com Mato Grosso, porque Mato Grosso é produtor para o Brasil e o mundo.

Infelizmente às vezes não temos esse respeito lá fora, mas eu tenho certeza que a Câmara de Guarantã do Norte, nosso Presidente, os nobres Vereadores, vão estar unidos, já estão fazendo parceria com o Sindicato, o Valter e sua esposa estão correndo atrás, eu tenho certeza, junto com essa parceria que estamos fazendo com os órgãos, vamos ter força e com, a graça de Deus, vamos conseguir, porque vocês merecem respeito e serem respeitados.

Em nome de Guarantã do Norte, Deputado Valdir Barranco, Senador Wellington Fagundes e toda a nossa equipe do INCRA, que Deus abençoe todos vocês. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido para fazer uso da palavra a Sr^a Benta Noletto de Brito Borges, Vice-Prefeita Municipal de Peixoto de Azevedo.

A SR^a BENTA NOLETO DE BRITO BORGES – Boa tarde a todos!

Eu quero, em nome do Defensor Público deste Município, Dr. Odonias França de Oliveira, cumprimentar toda a mesa presente; e em nome da Francisca da Silva Ribeiro cumprimentar todo o público presente.

Eu quero parabenizar o Deputado por essa atitude, porque sabemos que cada atitude tem uma reação e essa atitude, uma Audiência Pública, acredito, sim, ser uma porta aberta, que traz também uma grande preocupação, porque nós podemos perceber a lentidão que existe hoje no INCRA e quando o INCRA está lento o município também não pode crescer, porque quando falamos de regularização fundiária é um assunto que interessa a toda sociedade, é um assunto que realmente abre uma porta, é um leque aberto para a sociedade, muito mais para os menos favorecidos o pessoal do assentamento, um povo que vem lutando, que vem sofrendo, vem cumprindo seus afazeres, suas necessidades, mas, infelizmente, deixam de ser atendidos.

Eu acredito que há um problema grande para essa solução, mas acredito, sim, que o conjunto de autoridades, municipal, estadual e federal, com certeza, se unidos buscarem essa alternativa, vamos, sim, alcançar os nossos objetivos.

A sociedade almeja ter o título do seu município, do seu lote que seja.

Todos nós sabemos que numa cidade, quem colocaria uma indústria, se não tem o título do lote? Ninguém. Mas quero dizer, Deputado Valdir Barranco, que a sua atitude foi mais que excelente porque é o momento agora da sociedade, de todas as autoridades presentes discutirem a regularização fundiária, descobrirem o valor que isso tem, pararem com essa lentidão e prosseguirem sabendo que essa responsabilidade cabe às autoridades.

Que Deus os abençoe a todos, que todos sejam mais que vencedores e que nós possamos conseguir realizar os nossos desejos aqui nesta tarde.

Meu muito obrigado. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido para fazer o uso da palavra, Sr. Daniel Noronha, Chefe da Unidade Avançada do INCRA de Peixoto de Azevedo.

O SR. DANIEL NORONHA – Primeiramente, quero cumprimentar a todos, cumprimentar também o nosso companheiro Valdir Mendes Barranco, Deputado Estadual, quero fazer também o cumprimento aos nossos técnicos e servidores que também são muito importante para o trabalho da unidade avançada conjunto Peixoto de Azevedo; companheiro Wender e Carlinhos aqui presentes; quero também fazer o cumprimento ao nosso companheiro Paulo e Marco Antônio; Francisca que tem acompanhado a nossa luta desde do dia 14 de outubro de 2016, quando assumimos a unidade avançada; cumprimentar o nosso companheiro Juca que de fato também tem conhecimento.

Estou aqui também representando o nosso companheiro Superintendente do MDA, Ronaldo, que não pôde estar presente por compromisso de trabalho, mas nos ligou e passou esse lembrete pedindo para que o representemos em alguma situação aqui.

Então, por esse acompanhamento de toda essa região nós aportaremos alguns assuntos aqui também.

Quero dizer que nós assumimos a unidade no dia 14. É um desafio. Nós temos problemas para resolvermos em todos os cinco Municípios, mas como diz nosso companheiro anterior, o Prefeito: “Casou com a viúva, assumiu os filhos.”.

Estamos lá à disposição, vamos quebrar paradigmas para quebrarmos esse impasse de uma vez e trazer a regularização fundiária para todo esse nosso centro oeste de Mato Grosso, principalmente aos cinco Municípios.

Hoje, temos aproximadamente 12.800 famílias. São compostos pelos Municípios de Terra Nova, Peixoto de Azevedo, Matupá, Guarantã e Novo Mundo. Estamos aí para tirar, desenvolver essa região e sempre estamos de portas abertas. Não meço, não faço medida de esforços de atender a todos os agricultores que estiveram na unidade e estão presentes. Mas infelizmente, como a nossa companheira Sr.^a Francisca falou, algumas situações do nosso sistema impossibilitam este melhor atendimento, prosseguir com estas homologações e que provavelmente regularizará. Nós já estivemos na superintendência cobrando, o Sr. Paulo também já nos viu várias vezes lá e em breve, se Deus quiser, estaremos aí na oportunidade também desta Medida Provisória que será muito importante, a 759 que trará regularização fundiária a vários assentamentos aqui do nosso norte.

Meu muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Lembrando que nós estamos já no “finalmente” aqui da Mesa e após a última fala, nós já temos os inscritos da plateia para fazer o uso da palavra e conforme forem suscitadas as dúvidas, os representantes da instituição presentes voltarão a usar a palavra para fazer os encaminhamentos.

Quero convidar para fazer o uso da palavra, o nosso querido Ouvidor Federal Agrário, Dr. Marcos Antônio da Rocha e Silva.

O SR. MARCOS ANTÔNIO DA ROCHA E SILVA – Boa tarde, senhoras e senhores. Autoridades municipais, eu cumprimento a todos, cumprimentando o Deputado Estadual Valdir Mendes Barranco.

Meu nome é Marcos Antônio da Rocha e Silva, sou servidor de carreira do INCRA há trinta e nove anos, milito na Ouvidoria Agrária Nacional desde 1997. Tenho atuado, embora discretamente, nesta região, mas tentando solucionar todos os conflitos que aqui existem, mediar estes processos, estas ações de reintegração de posse e estarei sempre, estou e estarei sempre, à disposição de todos os senhores e a qualquer momento que, se necessário, for chamado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Para finalizar quero convidar para fazer o uso da palavra o nosso amigo Sr. Paulo Garcia, Chefe do Serviço de Desenvolvimento Urbano do INCRA neste ato representando o Superintendente do INCRA do Estado de Mato Grosso, João Bosco de Moraes.

O SR. PAULO GARCIA – Boa tarde a todos!

Primeiramente, quero cumprimentar as autoridades, os trabalhadores aqui presentes que compareceram a esta Audiência Pública; agradecer o convite, a oportunidade para esclarecer dúvidas em relação a projetos de assentamentos. Talvez eu vou extrapolar os três minutos, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Você pode, Paulo.

O SR. PAULO GARCIA – Eu quero parabenizar o Deputado Valdir Barranco pela iniciativa desta Audiência Pública, por colocar também o mandato à disposição como Vossa Excelência sempre faz, está fazendo ombro a ombro com o INCRA, nesta perspectiva da regularização fundiária.

Aproveito a oportunidade também para justificar a ausência do nosso Superintendente porque nós estamos no início do ano, como sempre falam que o ano se inicia depois do Carnaval, mas a questão orçamentária do INCRA é definida depois do Carnaval. Então, nosso Superintendente está envidando esforços nesta briga ferrenha por recursos, para nós conseguirmos avançar na questão da regularização fundiária, que hoje é uma das prioridades do Governo Federal e do INCRA, também a sede nacional...

A nossa meta deste ano e dos anos vindouros com certeza será focada na questão da titulação e regularização fundiária.

Eu quero que vocês entendam que tem uma divisão quando se fala em regularização fundiária. Para vocês bem entenderem, pela regularização fundiária, a parte de regularização fundiária, o “Terra Legal” é responsável, o INCRA é projeto de assentamento, regularização do lote urbano também, pelo “Terra Legal”, é que se doa à Prefeitura e a Prefeitura que depois faz a questão da titulação. Então, são entes parceiros que trabalham em harmonia.

Não posso esquecer de agradecer a acolhida que eu tive na Unidade Avançada, agradecer a pessoa do Hélder, quero agradecer o Carlinho. Eu fiz questão que ele fizesse presença para alguns questionamentos que com certeza serão feitos aqui para nos subsidiar.

Outra coisa, outra situação que quero deixar clara para vocês é que hoje o INCRA passa por dificuldade financeira. São ações dessa natureza que nós conseguimos avançar. Alguns anos atrás, os Prefeitos... Se tiver aqui ex-Prefeitos, Superintendentes... O INCRA era o guarda-chuva das Prefeituras.

Hoje isso se inverteu. O INCRA depende das Prefeituras, depende dos consórcios, depende do Governo Estadual para a questão de recurso, até de recursos humanos, de pessoa, de parceria para nós conseguirmos avançar. O INCRA tem passado uma dificuldade muito grande na questão orçamentária, na questão de pessoal. Para vocês terem uma ideia, grande parte dos nossos servidores já está em vias de se aposentar e não há uma sinalização na questão de concurso.

Esse trabalho da questão do INCRA, de regularização fundiária, talvez, alguns desavisados pensam que o INCRA... Assim, para deixar claro para vocês, nós servidores não temos esse salário bem remunerado. Para trabalhar com reforma agrária, para trabalhar com regularização fundiária tem que ter vocação, tem que gostar, porque é aqui que nós conseguimos fazer a diferença e mudar a vida das pessoas. O INCRA, com todos os problemas que tem na questão estrutural, na

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

questão financeira, na sua lentidão, é o único órgão federal onde o trabalhador tem voz, onde ele é ouvido.

Hoje, de manhã, eu estava conversando com o colega Carlinhos, que está em vias de se aposentar, e me fez refletir, ele já tem tempo de se aposentar, mas está em dúvida se aposenta ou não. Isso é vocação, porque ele não terá aumento de salário se continuar trabalhando, mas ele está ali, porque tem amor, nós temos vontade de fazer as coisas, mas as dificuldades, nossa, não são pequenas.

Eu tenho essa liberdade para falar das nossas mazelas, porque o Superintendente nosso nos dá essa abertura, então podemos falar para vocês com clareza dessas dificuldades que o INCRA tem passado. E o que nós temos percebido de uns tempos para cá é essa iniciativa dos órgãos tanto das prefeituras, do Poder Executivo, do Legislativo, até o próprio Governo de Estado fazendo parceria clínica, buscando parceria, buscando solução. E ações dessa natureza, o Deputado Valdir Barranco vem provar isso daí.

Ele vem junto com INCRA buscando uma alternativa com ações propositivas, muitas vezes indo até Brasília brigar por orçamento, questão de reestruturação do INCRA, de unidade avançada nossa que foi extinta há poucos dias, que impactou numa região nossa, nós temos 90.000 assentados, nós temos um quadro de funcionários reduzidos, mas os Parlamentares aqui de Mato Grosso vão para cima e estão brigando, o Deputado Valdir Barranco é um desses.

Tínhamos outra perspectiva de extinção de mais uma unidade avançada e nós estamos conseguindo reverter. E a briga do Deputado não é para extinguir unidade avançada, é para criar uma superintendência aqui em Sinop para atender essa região. Eu sei desse sonho dele, se Deus quiser isso pode ser concretizado, não é?

Somente nessa região aqui, nós temos 31 assentamentos, como já foi falado pelos nossos chefes da unidade, mais de 12.000 famílias e até hoje o INCRA conseguiu avançar em pouco menos de 3.000 títulos. Nós temos uma demanda de 9.000 títulos para fazer. Como é que nós vamos fazer, como vamos equacionar isso aí?

Hoje de manhã, estava conversando com os técnicos da unidade avançada, nós temos aptos para titulação acho que um ou dois projetos de assentamentos, chegando a cerca de 1.500 famílias. Um dos projetos de assentamento que eu já posso anunciar aqui, que nós vamos dar prioridade é o PA São José União, que tem 1.231 famílias. Então, esse projeto reúne as condicionantes para titulação.

Quais são as condicionantes para a titulação em projeto de assentamento? Primeiro, a matrícula. Aqui nós não temos problemas de matrícula, porque a maioria da área aqui – acho que todas, não é Wendel? – é área de arrecadação, área fundiária do INCRA já, área da União.

A questão se impacta no georreferenciamento, mas como eu tenho dito para vocês que hoje os próprios Parlamentares, até da Bancada Federal, independentemente de partido, têm visto este clamor aqui dos nossos trabalhadores rurais e essa deficiência de alcançar titulação. Eles fizeram uma proposta de aportar 68 milhões de reais a título de Emenda Parlamentar, que será impositiva – eu não sei esses termos, porque eu trabalho na área técnica –, para ser usado na titulação e na regularização fundiária. Se esse recurso vier mesmo este ano, nós poderemos avançar na questão do georreferenciamento.

O INCRA tem pedido socorro para as prefeituras na questão do acordo de cooperação para avançar na questão de georreferenciamento. Nosso gargalo é o georreferenciamento, desde 2013, com a edição da Medida Provisória nº 636, a ação de titulação foi

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

parada. Por que ela foi parada? Porque a lei que nós tínhamos, a nº 8.629, estava obsoleta, não havia mais condições de operar naquelas condições, uma lei de 1993.

Só que, em 2015, essa Medida Provisória se converteu em lei, na Lei nº 13.001. Em 2016, primeiro, por meio de um Decreto, a Presidente Dilma regulamentou a lei e, agora, no final do ano, já no governo Temer, saiu a Medida Provisória, como o Deputado bem colocou, para melhorar ainda mais, inclusive agora com proposta de emendas.

Eu fui procurado pelo Deputado para dar algumas alternativas de emendas, porque a Lei nº 8.629, Instrução Normativa do INCRA, hoje tem aberração que é contraditória pela realidade. Isso está refletido... Nós temos um universo de 90.000 famílias, capacidade de famílias assentadas, mas temos mais de 30.000 famílias bloqueadas pelo TCU. Vocês acham que o TCU fez uma injustiça com as famílias? Não foi. Ele seguiu o que estava na lei. O INCRA vinha fazendo remendo, remendendo lei.

Essa questão da família ser assentada, passar no concurso público, aquele direito de crescer, na lei não ampara isso aí, na Lei nº 8.629. Um trabalhador rural assentado tem renda superior a três salários mínimos.

Na Mercedes Bens, nós fomos fazer uma ação de titulação lá, por esse bloqueio, no universo de 1.018 famílias, conseguimos titular pouco mais de 250 famílias. Podem até não acreditar, mas havia família que estava bloqueada, porque ela tinha renda superior a três salários mínimos. Sabe por quê? Porque lá eles produzem, como produz aqui também, maracujá. Agregou valor na parcela. Na Declaração de Imposto de Renda ou por meio da movimentação financeira, o TCU identificou que aquele assentado tinha uma renda fora do que estava na lei. Então, por isso, que eu sempre falo que há mal que vem para o bem.

Essa questão do TCU foi um mal necessário que veio para quebra de paradigma, para nós adequarmos a lei à realidade. É o que está sendo feito, com o esforço do INCRA nacional, dos nossos Parlamentares aqui de Mato Grosso, Parlamentares Federais, que se mobilizaram e conseguiram essa Medida Provisória. E, agora, com essas emendas, nós acreditamos que vamos começar a caminhar.

Eu vou citar outro exemplo para vocês, que é um absurdo. Hoje a normativa do INCRA escolhe até a esposa de um assentado. Se há um assentado nosso, ou uma assentada, que é solteira, para ele casar, o cônjuge tem que passar dentro dos critérios de exigibilidade do INCRA. Além dele gostar da mulher, ela não pode ter três salários, não pode ser servidor, não pode isso, não pode aquilo. O INCRA escolhe. Isso é um absurdo!

Então, são essas coisinhas que parecem que não é nada, mas isso impacta. E o INCRA vem, por meio da Procuradoria, por meio de caneta do próprio Superintendente, descendo a caneta e peitando a situação e depois responde bronca. Então, esse foi um mal necessário. Aqui na Superintendência, na unidade avançada, o Daniel já tem competência, o Superintendente delegou competência a ele para autorizar o desbloqueio. Os nossos técnicos aqui são extremamente capacitados.

Na questão do CCU. Falei com a equipe técnica hoje. Eu fiquei até admirado, porque eu acho que há três técnicos, não é Daniel? Eles são capazes de fazer até 5.000 CCUs ainda este ano. Isso demonstra vontade deles de quererem ajudar com todas as dificuldades que temos.

Outra situação: nos projetos do INCRA, se nós formos fazer um trabalho de titulação nesse PA que eu mencionei, São José da União, lá tem muita gente que está irregular, o PA é antigo, isso é natural, inerente do ser humano dele ir e vir, ele passa para frente a benfeitoria. Há vários fatores que contribuem para ele não ficar no PA, às vezes até porque não tem internet, ele

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

resolve não ficar lá, talvez não há acesso à escola, há muitas situações. Então, existe, digamos assim, uma seleção natural.

Essa medida provisória vem para ajudar isso.

Hoje, nós temos a perspectiva de fazer o cadastro proativo. Como é que o INCRA trabalhava até o ano passado? Mandava a equipe no campo, fazia a vistoria, fazia a entrevista das famílias, e, talvez, um assentado lá, um ocupante: “Ah! Eu sou casado no papel, mas sou separado, minha mulher sumiu!” Ele não tem os documentos e o cadastro demora um ano, dois anos e não se resolve. Hoje, não! O ocupante irregular, que está numa parcela, pode pedir sua regularização, ele faz um requerimento para o superintendente ou para o chefe da unidade - nós temos modelos que já estão disponíveis lá na unidade - e esse interessado apresenta a documentação que é exigida: o extrato CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais, o CadÚnico, a documentação. Digamos que vamos criar uma demanda qualitativa, já não temos recurso, e o pouco recurso que temos não podemos ter o luxo de mandar técnico para campo, fazer vistoria sem lote e conseguir só cadastrar trinta, isso não pode acontecer.

Então, os técnicos vão para campo já sabendo para qual lote ele vai, com qual família que vai fazer entrevista e com a documentação já OK, porque a partir do momento que o ocupante da parcela entregar a documentação com o requerimento, ele já vai inseri-lo no modo candidato, fará os abatimentos para ver se ele é cliente, vai formalizar um processo. Esse processo vai dizer sim ou não para o assentado, e ele tem direito ao contraditório, caso for não.

Então, são pequenas ações que nós, com criatividade, podemos resolver uma demanda suprimida, não basta só dinheiro. Nós temos que divulgar, Wender, essa nova metodologia às famílias, vou lá: “Ah, o Presidente da Associação chegou no INCRA, tome aqui, esse é o modelo de requerimento, faça o seu requerimento, pode trazer aqui que o INCRA vai tomar a providência e vai formalizar o processo.”

A questão do bloqueio do TCU - Tribunal de Contas da União é um dos motivos de grande angústia das nossas famílias assentadas. Como eu já disse, o superintendente regional delegou competência para o chefe de unidade, no caso para o Sr. Daniel. Eles têm autonomia para desbloquear quem quer que seja, desde que aquele motivo do bloqueio não tenha pertinência.

Quando o TCU fez os batimentos dos nossos assentados, ele pegou a lei 8.629, seca. O que ele fez? Foi lá, digamos assim, no DETRAN, no CIRETRAN, pegou na base o CPF da família e jogou no DENATRAN, digamos. Aí viu que esse CPF tem um carro que vale 70 mil. Não pode. Por quê? Não pode. Porque um assentado, pelo que está na Lei 8.629, pode ter renda até 3 salários. Se o cara ganha até 3 salários, como ele vai comprar um carro desses? Bloqueia. Foi assim que eles fizeram.

Outra coisa, fez um batimento pela RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, que informa quem é empregado ou teve vínculo, detalhe, não pegou só quem trabalhou, está trabalhando, é assalariado. Ele pegou, desde o momento que foi homologado, antes, até a data de 2013. Se ele teve vínculo de um dia, numa prefeitura, bloqueia, entendeu? Então, mesmo que ele trabalhou, fez um trabalho eventual para a prefeitura, como merendeira ou até pegou para roçar um lote ou fazer outro trabalho qualquer, foi bloqueado. Por isso que deu esse número, certo?

Só que, por isso eu falo que tem mal que vem para o bem, com essa Medida Provisória... Primeiro saiu um Decreto da Sr.^a Dilma, a Sr.^a Dilma, o Decreto dela é o mesmo teor que diz a Medida Provisória, mas o TCU não quis acatar, não, o Decreto. E os nossos Parlamentares, até o próprio novo Governo viu que era insustentável aplicar a Lei 8.629 do jeito que ela estava. Então, eles se organizaram e conseguiram agora, através dessa Medida Provisória.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

Então, nossos assentados, que estão bloqueados por renda superior ou veículo, ou morada em local diferente, com um mandato eletivo também, ele pode se reportar simplesmente à Medida Provisória nº 759, no artigo 20, inciso IV. Está lá: “Não perderá condição de beneficiário aquele que passe a enquadrar os Incisos I, III, IV e VI”, que é ... Vou ler quais são esses incisos.

“Não poderá ser beneficiário... Ocupante de cargo, emprego ou função pública remunerada.” Qualquer emprego, não pode para ser selecionado.

“For proprietário de empresa, exceto rural”. Se ele tiver um CNPJ, não pode. “For proprietário acionista de sociedade de empresa”. Não pode. “Auferir renda familiar mais que três salários mínimos ou meio salário *per capita*”. Se ele tiver dez filhos lá, meio salário *per capita*.

A Medida Provisória mudou isso, certo? Ela mudou que não perderá a condição de assentado, não poderá ser bloqueado aquele que adquiriu, isso depois de assentado, o que é justo. Então, por isso que eu falo que tem mal que vem para o bem. Esse bloqueio veio para o INCRA não ter que fazer remendo, e acredito que, com todo o problema que teve, mas a quebra de paradigma para abrir o olho, porque os nossos assentados evoluíram, a sociedade evoluiu.

No mais, eu quero agradecer vocês. Nós viemos aqui para ouvir, mas eu fiz questão de fazer esse esclarecimento, talvez algumas perguntas vão ser por causa disso. E me coloco à disposição de vocês. Meu muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Obrigado, Paulo!

Por isso é importante essa parceria da FETAGRI, do Senador Wellington Fagundes, através do Lutero; do INCRA, com o Paulo; e do nosso mandato que vem discutindo os avanços através das emendas, na Medida Provisória nº 759.

E é interessante quando você fala, Paulo, que o INCRA decide. O cara pode estar apaixonado, mas se surgir a oportunidade de se casar, ele tem que ver com o INCRA se ele pode, porque vai que ele casa e dá problema? Eu tenho um exemplo concreto.

Um senhor me procurou desesperado. Ele estava namorando uma menina bem mais nova do que ele, que tinha um filhinho, e ela era parceira. E bem no dia que ele estava por lá, passou um técnico do INCRA, que, segundo ele, falou assim: “Olha, ... - ele desconfiou que estavam namorando, - ... ela vai perder este lote”. “Qual a maneira de não perder?” “Vocês têm que se casar”. O cara já estava louco para se casar e ela falou: “Mas, eu tenho um filho.” “Eu assumo.”

Eles foram ao cartório e se casaram. Passados uns dias, passou outro técnico do INCRA lá. E foi ver: “Não, o senhor é aposentado com mais de três salários mínimos, vai perder o lote”. Mas, qual é a solução? “Descasa.”. Ele falou: “Ela disse para mim que se eu descasar, agora, é para eu pegar a mala e ir embora. E eu não quero perdê-la.”

São exemplos que parecem, às vezes, brincadeira, mas que são concretos e as alterações na legislação vão permitir esses avanços, também.

Quero convidar para fazer o uso da palavra, representando a plateia, os interesses, os anseios, as angústias, as dúvidas da população presente dos diversos assentamentos, diversos municípios, primeiramente, o Sr. Ambrósio Pereira Carvalho, Vereador da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, já se posicionando.

Na sequência, após o Sr. Ambrósio, falará o Sr. Luiz Carlos Bacanelo.

O SR. AMBRÓSIO PEREIRA CARVALHO – Boa tarde a todos e a todas!

Sou Ambrósio Pereira Carvalho, agricultor familiar, assentado e titulado. Sou sindicalista, estou na terceira gestão de sindicalista, e, hoje, estou Vereador pelo Município de Peixoto de Azevedo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

Em nome dos componentes da mesa, agradeço o nosso amigo Lutero Siqueira, executor da época, que em 1993 vestiu a camisa conosco na criação do Assentamento Cachimbo. Isso me marcou muito, porque até hoje estou lá como, assim como muitos agricultores.

Em nome das mulheres e das instituições, organizações de base, eu agradeço a minha amiga sindicalista Francisca Ribeiro da Silva e em seu nome agradeço e parablenzo todas as mulheres presentes pelo Dia Internacional da Mulher, dia 08 de março. (PALMAS)

Deputado Valdir Barranco, Vossa Excelência é conhecedor e quase todos os representantes do INCRA aqui presentes, depois de me tornar Vereador uma das coisas que o povo de União de Norte mais me pede é regularização urbana que era fundiária, na época, mas que, agora, passou a ser urbana, porque União do Norte tem mais pessoas morando do que muitas cidades do Estado de Mato Grosso.

É vergonhoso para nós que estamos em União do Norte não sabermos a rua onde estamos morando, porque não tem nome, falta estrutura da organização. Espero ser atendido não em meu nome, mas em nome de um povo precisa de apoio de Vossa Excelência e do INCRA do nosso Estado.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Na sequência, com a palavra, o Sr. Luiz Carlos Bacanelo, agricultor da Vila Rural do Município de Alta Floresta.

O SR. LUIZ CARLOS BACANELO – Paulo, aqui o INCRA, legalmente o INCRA do Estado de Mato Grosso, o senhor representa!

Audiência Pública para debater proposta!

Deputado Valdir Barranco, eu vou plagiar Vossa Excelência que contou uma história e contarei uma: em 2003, se não me engano, um menino, um jovem, Presidente de uma associação, sonhava, com a legalização fundiária. Lá tinha - era terra da União - um fazendeiro que usava terra da união legalmente. Esse menino buscou apoio na Assembleia Legislativa do Estado. Olha o quanto mudou! Sabe o que ele recebeu da Assembleia Legislativa? Uns esfregas de um 44, de um 32, não me recordo mais, mas ele tinha outro menino companheiro dele que continuou a luta. Acordo... Acordo... Foi feito um acordo: trezentas famílias no assentamento legal. Na época, era difícil fazer reforma agrária. Hoje, está fácil! A Assembleia Legislativa está aqui recebendo, nos dando a oportunidade com esta Audiência Pública e com a assinatura de todos os Deputados. Esse jovem, o segundo jovem da história, Deus permitiu e o levou para o INCRA.

Aí, Paulo, aconteceu o que você falou que é muito pela história, mas que é pouco, porque precisa... Eu sou testemunha viva da sua história, da história do INCRA. A minha barba, ainda, estava escura, e esse menino se tornou Deputado Estadual. Eu estou nos anos 200. Não vou falar os nomes deles, porque aqui eles estão, não neste momento.

Foi proposta Audiência Pública!

A Audiência Pública, no geral...

E vou falar dos conflitos da região. Por que vou falar? Dia das mulheres. Pátria-mãe, no feminino, e vou citar a história da minha mãe. Depois eu dou a minha contribuição. Éramos dois filhos e ela tinha um pão. Todo dia cedo ela cortava o pão. Era a metade para mim e a metade para o meu irmão. E ela falava: “O que pegar do outro eu quebro as duas mãos.” Nunca brigamos pelo pão. Eu tinha vontade, mas a minha mãe, diferente da pátria-mãe, senhores, tinha palavra.

Então, eu sugiro que essa pátria-mãe que transformou o pequeno agricultor, um filho, o pequeno agricultor, em sem terra, em vadio. É assim que é lá fora.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

Transformou o outro filho, Valdir Barranco, Deputado, hoje, num homem. Transformou o outro menino que queria ser fazendeiro em grileiro de terra da União. Já que é regularização fundiária eu acho que vocês estão de parabéns no que está acontecendo quanto à titularização dos assentamentos, mas vamos, mãe, pátria-mãe, Brasil - que são os senhores aqui, que somos nós -, amanhã, acabar com esse conflito e propor transformar o filho que quer ser fazendeiro em fazendeiro, com 50% naquelas áreas de conflito para o fazendeiro; 50% para aqueles que não têm terra e com isso se fará a mãe de cada um aqui está e que luta pela terra uma mãe feliz.

Então, fica aqui o meu pedido: negociação. Isso é possível! Que levem o meu recado para o Sr. Cláudio Fim que isso é possível nas oito áreas onde foram feitos acordos. Estou falando da terra da União que, hoje, está sendo ocupada irregularmente. Este é o meu pedido: chamem para um acordo e resolvam 50% para cada um.

Pessoal, parabéns!

Presidente da Associação Maria Bonita, o menino que fez o assentamento lá se chama Joel Azevedo. Procure-o que ele ensina como se consegue só na caneta e na Justiça.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido para fazer uso da palavra a Sr^a Cássia Vieira da Costa, Presidente da Associação Maria Bonita. Na sequência, já fique pronto, o Vereador Nevair José Rodrigues de Almeida, o Bugão, de Nova Guarita.

A SR^a CÁSSIA VIEIRA DA COSTA – Boa tarde, senhoras e senhores, ocupantes e nomeados da mesa.

Obrigado pelo convite para estar presente nesta Audiência Pública, convidada por meio do Deputado Valdir Barranco, da Assembleia Legislativa.

O nosso tema hoje seria regularização fundiária. Hoje temos ocupantes que seriam grileiros de terras da União. O que nós temos para propor aos senhores hoje é que terras que seriam da União quem responderia seria a União, Estado/ Estado. Às pessoas que estão indevidamente ocupando essas áreas, nós provamos que seja feito um acordo, 50% para os sem terra e 50% para o atual ocupante que estaria hoje, porque em nenhum momento as pessoas presentes aqui citaram os conflitos que têm nas regiões que abrangem o Nortão do Estado de Mato Grosso.

Como representante da Associação, contamos com mais de mil associados, pedimos o apoio de todos os presentes aqui, como o Presidente da Câmara de Guarantã do Norte propôs que unissem os municípios aos redores aqui, as Câmaras, para conseguir que isso seja possível. Então, nós conseguimos trazer aqui, hoje, bastantes pessoas que estão lutando por um pedaço de terra.

Fica aqui a minha pergunta para vocês: a terra da União, quem vai responder? O INCRA? O INCRA sabe hoje que nós temos na região 30 fazendas ocupadas, grileiros. O único culpado hoje seria quem? O Brasil, porque a terra é da União, quem responde é a União Federal. Aí quando o sem terra invade uma terra pública ele responde. E aquela pessoa que ocupa lá hoje, que não paga o seu imposto, não consegue a documentação.

Nós estamos aqui pedindo a regularização fundiária não só para nós, mas para todos, tanto para o fazendeiro e para os sem terras.

Muito obrigada.

(PLATEIA SE MANIFESTA)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Cássia, você encaminhou, há poucos dias, o pedido da nossa intervenção junto ao INCRA e eu quero entregar para você o ofício

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

que encaminhei para o INCRA, devidamente protocolado, da solicitação da Associação Maria Bonita de Luta pela Terra (PALMAS).

Eu convido para fazer uso da palavra o Vereador Nevair José Rodrigues de Almeida, de Nova Guarita.

O SR. NEVAIR JOSÉ RODRIGUES DE ALMEIDA – Boa tarde a todos!

Cumprimento o Presidente desta Audiência Pública, Deputado Valdir Barranco, os colegas Vereadores e demais autoridades aqui presentes.

Nós tivemos também uma Audiência Pública em Nova Guarita para tratar do CAR Federal - que todos sabem - que está fazendo aqui na nossa região. E nesta Audiência Pública nos somos demandados sobre a titulação do Município, também, de Nova Guarita.

Nesta Audiência Pública nós conversamos com o executor da unidade de Colider - nós de Nova Guarita pertencemos à unidade de Colider, e não sei como está lá, deve estar com muita dificuldade a unidade – e sugerimos um termo de cooperação técnica, justamente, para tratar do georreferenciamento dos assentamentos de Nova Guarita, os Vereadores e o Prefeito da cidade estavam presentes.

Dos assentamentos, que são sete em Nova Guarita, só um deles tem o georreferenciamento, onde eu também sou assentado, agricultor assentado pela reforma agrária. Então, só esse assentamento encontra-se com o georreferenciamento, os outros ainda não tem o georreferenciamento e hoje não sei, talvez o Sr. Paulo, do INCRA, poderia nós falar, se não tiver o georreferenciamento não consegue mais a titulação. Não é isso?

Eu propus uma conversa com o Sindicato Rural do nosso município para fazer a cooperação técnica entre o INCRA, a prefeitura e o sindicato, com os trabalhadores para fazer esta cooperação técnica.

Diante disso, eu fiz uma pesquisa também para ver como está a situação dos assentamentos, foi quando me deparei - depois vocês poderiam esclarecer isso não só para Nova Guarita, mas para toda região... Encontrei uma empresa cadastrada - talvez o Sr. Valdir possa falar ou o próprio Sr. Paulo sobre isso – a L. SOUZA N. Pinheiro, que realizou o georreferenciamento em vários assentamentos. Agora eu não sei se esse georreferenciamento feito na época teve validade ou não.

Eu estou aqui com o convênio feito pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia, é um extrato de Termo Aditivo, onde se coloca os municípios de Colíder, Guarantã do Norte, Peixoto de Azevedo, Terra Nova e Nova Guarita. Aqui tem o número do processo desse convênio com o INCRA Nacional, onde foi feito... Inclusive, conversei com alguns colegas que trabalharam nessa empresa fazendo georreferenciamento em todos esses municípios, fez o georreferenciamento do Uru, do ETA, do Jarinã, do nosso assentamento PA Renascer, Nova Guarita, que são 300 e poucas famílias assentadas, e hoje a realidade delas é muito diferente. São oitenta famílias que hoje 72 se encontram regularizadas e 12 ainda em processo de regularização.

Então, eu gostaria que os senhores levassem essa preocupação que nós temos. Vejam que atingiu todos esses municípios onde a população está presente, Guarantã do Norte, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte e Nova Guarita.

Como é que vamos fazer uma cooperação técnica entre agricultor, Prefeitura e entidades? Como vamos fazer se isso já foi pleiteado pelo Governo Federal e também pelo INCRA, que é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária?

Muito obrigado! (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido, para fazer uso da palavra, o Sr. Joel Machado de Azevedo, do Município de Colíder. Na sequência, vai falar o Vereador Valter, do Sindicato de Guarantã do Norte, e depois, para finalizar, o nosso Presidente da Câmara de Peixoto de Azevedo, Vereador Paulinho.

O SR. JOEL MACHADO DE AZEVEDO – Boa tarde a todos!

Para quem não me conhece, eu sou Joel Machado de Azevedo, estou hoje no Município de Colíder, estive à frente do INCRA na unidade de Colíder alguns anos ali, sete anos, onde conseguimos encaminhar muitas coisas.

Quero agradecer a oportunidade e parabenizar o Deputado Valdir Barranco por esta Audiência Pública.

Vou me alongar um pouco porque eu fiz, Deputado, alguns tópicos da problemática da questão fundiária da nossa região, que pega Colíder e vinte municípios vizinhos, pela qual a unidade avançada de Colíder é responsável, responde por ela.

Eu separei a problemática da questão da regularização fundiária rural, que compete ao Terra Legal, como o Dr. Paulo falou aqui; a regularização fundiária urbana, também do Terra Legal; e a regularização dos assentamentos, dos projetos de assentamentos.

Nós conseguimos, no período que estávamos no INCRA, fazermos vários encaminhamentos, mas alguns teve êxito, outros estão ainda lá pendente, parado.

Então, eu abordei pontos para poder trazer aqui, passar nesta Audiência Pública para que Vossa Excelência, Deputado, tenha conhecimento, para que o INCRA tenha conhecimento, para o Terra Legal, para que possa, no final da Audiência Pública, fazer encaminhamentos e nós também fazermos algumas sugestões, algumas propostas de encaminhamento.

Na regularização fundiária rural, na região tem de cinco a seis glebas públicas federal, inclusive essa maior gleba que é a Gleba Teles Pires, com mais ou menos 450.000 hectares a área total.

Ali temos processos titulados desde o ano de 1982, foi quando o INCRA começou a se instalar na região, e temos processos ali sem conclusão ainda, muito processos. Temos algumas questões que hoje a lei permite a isenção da quitação do título, a quitação do título, a baixa resolutive, que por parte do Governo, não vou dizer que isso é uma questão dos servidores, dos chefes, mas por parte do Governo nunca houve um trabalho de divulgação, de orientação de como se proceder e dar encaminhamento a essas situações das quitações, das baixas resolutive. Se houve na época, lá atrás, porque agora recentemente não houve, foi muito mal divulgada, os companheiros lá dos sítios, os titulados não entenderam.

Também tem os processos abertos pelo Terra Legal a partir de 2008, porque a partir da criação do Programa Terra Legal, em 2008, o Terra Legal começou a fazer inscrição daquelas áreas remanescentes que faltavam título definitivo e fez outras inscrições, tanto na nossa região como na região de cá também agora tem muito que estão abertos sem conclusão.

Georreferenciamento, temos algumas questões de gleba com georreferenciamento do perímetro, algumas realizadas outras não realizadas, umas glebas com contratos feito através do Terra Legal, contrato de empresas particulares, mas sem conclusão até o presente momento, que é o caso da gleba Teles Pires, que o Vereador Bugão, que me antecedeu, até citou a questão dos projetos de assentamentos que estão inseridos dentro da Gleba Teles Pires e que a empresa L Souza ficou de fazer o georreferenciamento, já era para ter entregado há uns dois anos para traz, mas até hoje não concluiu. Então, seria questão de o Terra Legal poder passar uma posição exata quanto a isso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

Também a questão do georreferenciamento dos parcelamentos dos lotes dessas glebas.

Em Colíder, vou citar como exemplo a Gleba Cafezal, foi feito o georreferenciamento dos lotes, por uma falta de entendimento entre o Terra Legal e do INCRA não usaram a contribuição dos servidores do INCRA local, contrataram uma, que mediu as propriedades todas e não identificou as áreas remanescentes, que era o objeto do Programa Terra Legal, identificar as áreas remanescentes sem título, medir e titular a família que estava ali ocupando e explorando aquele lote, então, eles mediram no molde global e de mais ou menos quinhentos títulos que eram para ter sido emitidos nessas glebas, da Cafezal, da Carapaba, da Canaã, foram emitidos trinta e poucos títulos e o restante dos processos que foram abertos a partir de 2008 estão todos parados sem concluir porque o georreferenciamento contratado feito ali foi ineficiente.

Então, tem essa situação também.

A questão da regularização fundiária urbana. Na questão específica de Colíder, nós temos uma situação muito problemática ali, porque passa um Prefeito, passa outro Prefeito, independente de Partido, de vontade política, nunca se atentaram para fazer, se dedicar à questão fundiária urbana.

Eu acho que no ano de 2015 o Terra Legal conseguiu concluir seis títulos, e tituló a Prefeitura, mas têm muitos títulos, inclusive emitidos pelo próprio INCRA na época, que estão carentes de baixa resolutive, títulos de áreas urbanas, de datas, que estão parados ali. O cidadão não tem escritura e não tem documento nenhum. Fica só com aquele título sem mandar para frente.

Então, eu estou elencando todas essas situações, porque é o que nós ouvimos, escutamos e recebemos essas reclamações no dia a dia na nossa região.

Nós entendemos que essa Audiência Pública é para elencar essas questões, esses problemas, e depois quero deixar a folha com o Deputado e os demais companheiros para poderem observar, inclusive na folha nós colocamos algumas propostas.

Vou pedir mais um tempo ao Deputado para eu poder concluir.

Processos abertos em nome das Prefeituras para a titulação remanescentes das áreas públicas federais - também têm alguns no Terra Legal sem conclusão.

Georreferenciamento das áreas urbanas de parcelamento de áreas comunitárias, como aqui citou alguém que me antecedeu, a questão da vila de Peixoto de Azevedo que tinha mais de 10 mil habitantes e ainda não têm documentos, de fazer o georreferenciamento dessas áreas e entrar com o pedido junto ao Terra Legal. Têm alguns que já estão feitos os pedidos, mas os processos estão sem conclusão.

A titulação de entidades públicas, como associações e igrejas, também é uma dificuldade muito grande que ele tem. Têm várias comunidades evangélicas e igrejas católicas espalhadas nessas glebas sem um documento da área em que a igreja está construída.

Agora quero passar para a questão dos assentamentos.

Nos assentamentos, a questão mais grave que temos, a problemática maior, é o georreferenciamento do perímetro e parcelamentos dos assentamentos na questão da finalização, tanto da emissão do CCU quanto da emissão do título definitivo.

Nós temos vários processos de georreferenciamento em assentamento da região de Colíder que foram abertos e estão sem conclusão por falta de análise do próprio do INCRA. Têm alguns que não foram realizados e alguns realizados parcialmente, que não foram concluídos também, alguns que foram feitos contratos, foram realizados só parcialmente, e têm aqueles convênios que ainda não foram fiscalizados e concluídos também para fins de titulação. Temos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

também a questão dos assentamentos em que falta trabalho de vistoria do INCRA para a titulação provisória, temos alguns assentamentos na região que estão dependendo somente do INCRA certificar que se trata de assentamento dentro da gleba da União e que é preciso que seja certificado para avançar na titulação.

Quero também falar de um grande anseio da população sobre a questão dos desbloqueios, o Dr. Paulo falou muito sobre desbloqueio aqui e falou que essa legislação foi muito importante, mas eu acredito que já passou do tempo, não é? Já tem que estar resolvido este problema, porque é desde 2013, já estamos em 2017. Inclusive lá em Nova Bandeirantes nós temos companheiros, lá nos assentamentos que estão no PRONAF há mais de um ano já para rodar a cédula no banco e não roda, porque está bloqueado o CIPRA dele. Então, quem vai pagar esse prejuízo de um ano desse cidadão que está esperando?

Também quero dizer, por último, da questão dos acampados. Nós temos conhecimento que já desde 2005, temos vários processos em que o INCRA entrou com o pedido de retomada na justiça federal, nós temos vários, tanto em Novo Mundo, quanto em Nova Guarita. O Vereador Bugão é testemunha disso aí, desde 2005, isso já passa muito de dez anos e nós não temos uma decisão judicial da justiça federal. E aí, nessa daí, quero dizer, eu vejo muita gente falando do INCRA. O INCRA não tem culpa disso, ele fez a parte dele, entrou na justiça federal, agora, a justiça federal que não anda. Eu acho que deveria criar uma proposta com a Advocacia-Geral da União -AGU para vermos se tem a possibilidade de acelerar a análise desses processos judiciais que estão aí. Inclusive, processos judiciais de assentamentos que o INCRA já tem posse. O INCRA tem assentamento que tem posse há mais de vinte anos e o Juiz Federal lá... E o processo judicial ainda não foi concluído para poder transcrever a matrícula para o INCRA poder titular as famílias. Mais de vinte anos enroscado na justiça federal.

Então, nessa parte aí, eu quero defender o servidor do INCRA, dizer que nisso aí o INCRA não tem culpa, que a parte do INCRA ele tem feito e jogar essa inércia na justiça federal.

Eu poderia falar aqui sobre essa questão à tarde toda, Deputado, mas eu vou me conter e dizer muito obrigado, dizer também que vou deixar esse rascunho aqui para que Vossa Excelência olhe com carinho, se quiser compartilhar com os servidores do INCRA, dizer que estamos à disposição e quero parabenizar por esta Audiência, também vou requerer que Vossa Excelência faça uma Audiência Pública neste sentido também, com este tema ali no Município de Colíder.

Muito Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado Sr. Joel, sua contribuição será muito importante para nós.

Na sequencia, falará o último inscrito aqui e a palavra retornará para o Sr. Paulo e o Dr. Marcos para que eles respondam muitas dúvidas que apareceram.

Convido o Sr. Valter, Vereador, Valter do Sindicato, de Guaratã do Norte.

Informo que a nossa Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembleia, na capital, pelo canal digital 30.2; para toda a América Latina, via parabólica, canal 1060, horizontal, pelo receptor analógico; e no receptor digital, 3950 horizontal.

O SR. VALTER NEVES DE MOURA - Boa tarde a todos e todas. Cumprimento o Deputado Valdir Barranco. E eu sempre gosto de dizer que o senhor nos representa, não só a mim, mas aos agricultores familiares do Estado de Mato Grosso, mas em especial, a nossa região à qual o senhor pertence, ao Portal da Amazônia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

Cumprimento o Sr. Lutero e lembro o Sr. Lutero que esta conversa sobre a emenda impositiva, começou em uma conversa no saguão do Palácio, em junho do ano passado, conosco do comitê pela regularização fundiária... Queria parabenizar a atuação do Sr. Alberto Cesário do comitê e também justificar sua ausência porque ele está tratando da sua saúde. E tendo a oportunidade, quero agradecer o Deputado Ezequiel Fonseca, nós temos que dar nome àqueles que ajudam; e o Senador Wellington Fagundes, que também hoje nos representa, nós como agricultores familiares porque ali no saguão nós tratamos disso e isso virou uma realidade, até deixar como pergunta assim que finalizar minha fala Sr. Valdir. Agora a pergunta é: “até quando os recursos vão ficar na Secretaria do Estado de agricultura familiar?”. E colocar isso em prática na regularização dos assentamentos no nosso Estado.

Esta pergunta fica para vocês e ao Paulo para que possam nos responder isso, porque este problema é crônico, mas hoje nós vemos uma solução, então nós precisamos dar agilidade ao processo.

Gostaria de cumprimentar trabalhadores sem terra, porque não dá para tratar o assunto de regularização fundiária sem nos lembrarmos também dos trabalhadores sem terra que tem uma luta arcaica, eu já disse isso aqui. Valdir que está há quatro anos, há dez anos, há quinze e há vinte e cinco anos atrás de uma terra. Em especial, quero cumprimentar o Sr. Milton Moura, que é um amigo nosso que milita no Movimento Sem Terra.

E também não podemos deixar de citar os produtores rurais, sejam eles médios, pequenos ou grandes, porque há aqueles que são os grileiros que nós conhecemos, que a Justiça também conhece e também tem que cuidar desse caso. Mas reconhecer aqueles também, que como nós, lutam, há 38 anos, quando aqui chegamos e alguns chegaram há 40 anos e ocuparam os espaços das terras públicas e hoje estão em busca também da regularização. Mas os bois têm que ter nomes e a Justiça sabe.

O que não entendemos também é que existe uma lei de regularização fundiária para a Amazônia e a briga se torna muito demorada na Justiça para o cumprimento dessa lei. O cara está lá ocupando 20, 14, 30 mil hectares e nós lutando, representando o interesse dos trabalhadores sem terra e as famílias ficam lá cada vez piores em seus barracos e muitos desistem da luta. Não podemos ficar somente em nós, os assentados atuais, os outros da agricultura familiar para sustentar a famílias que estão cada vez mais aumentando nas cidades. Era essa a minha pergunta, Deputado Valdir Barranco. E não tem como resolver, mais uma vez, volto a frisar, a regularização fundiária na nossa região, se não tratarmos os três problemas das três ocupações: os assentados, os conselhos e os trabalhadores e as trabalhadoras sem terra.

E, por último, gostaria de parabenizar os servidores do INCRA, em especial o Carlinho, o Hélder, que está ali, meu companheiro Marco Antônio pela luta histórica que fazem.

A reforma agrária só não avançou e só não aconteceu, porque nós somos o primo pobre, sempre fomos. O Governo Federal destina milhões ao agronegócio e destina uma mixaria ao Ministério do Desenvolvimento Agrário que até extinto foi. Então, vocês já sabem o tamanho do orçamento do INCRA. Quando o Lutero estava na Superintendência, se eu não me engano... Você tinha o que, Lutero? Naquela época, 30 milhões por mês. Hoje não temos nem 7% desse recurso para o INCRA atender a grande demanda. Temos sempre que nos lembrar de que a reforma agrária começou no Governo Militar. Passou pelo Governo Fernando Henrique e chegou até aqui. Então, não devemos apontar a culpa a nenhum em especial, mas a todos eles, porque criaram assentamentos e não resolveram problema da documentação. Vem criando novos assentamentos e chegou onde estamos. Eu defendo também, Deputado Valdir Barranco, aqueles que ocupam áreas dentro dos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

assentamentos, por isso eu gostaria de dar uma atenção especial ao Braço Sul e o Parque Paes. Nós conseguimos um processo de emancipação para que seja transferido ao “Terra Legal” para executar o serviço. (PALMAS). Eu gostaria que o pessoal do INCRA se sensibilizasse nesta área. Paulo, hoje, Horizonte II. Hoje nós ocupamos o Horizonte II, sabe quando? Em 1989.

Sabe quando o INCRA nos reconheceu como assentados? Em 1996. Sabe quando fez a topografia? Há dois anos por nós, que está lá parado por conta de ocupações maiores. Então, pelo amor de Deus! Vamos resolver o problema dessas famílias, as 70 famílias que lá estão não podem pagar o pato por um que é maior dentro do assentamento.

Também não poderia deixar de citar aqui as duas mulheres... Hoje nós temos uma representação muito forte das mulheres no movimento sindical no nosso território, em especial está aqui a Sandra, do Sindicato de Garantã do Norte, que também é minha esposa; Francisca aqui e temos mais uma mulher em Novo Mundo, temos também lá na cidade do Valdir, Nova Bandeirantes, temos em Apiacás e também em Paranaíta. As mulheres estão ocupando o espaço de luta pela reforma agrária e parabenizar as mulheres que também estão nas suas associações.

E também aproveitar e cumprimentar o meu companheiro de luta, Altamiro, e terminar aqui com o cumprimento ao Juca, porque estamos há 30 anos lutando por reforma agrária neste Estado.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Quero cumprimentar o meu amigo Nabson Natan, de Garantã do Norte, que se faz presente, seja bem-vindo, Nabson, uma revelação jovem da política.

Quero convidar para fazer uso da palavra o Vereador Zenil Aparecido de Araújo, do Município de Novo Mundo. Após o Zenil, falará o Paulinho, que é o Presidente aqui da Câmara, e aí estão encerradas as falas, e vamos retornar para que o Paulo e o Marco Antônio possam responder.

O SR. ZENIL APARECIDO DE ARAÚJO – Boa tarde a todos e a todas que se fazem presente nesta tarde maravilhosa!

Cumprimentar o Deputado, amigo, Valdir Barranco, pela iniciativa para falar de um assunto tão importante, que é de extrema importância para todos nós aqui do Nortão, principalmente do Nortão de Mato Grosso, que é a regularização fundiária. Um assunto que... Todas as famílias precisam muito desse título, não só para conseguir os recursos do Governo Federal, os programas da agricultura familiar, os PRONAFs e muitos outros recursos que podem passar e as famílias não conseguirem. Então, a regularização fundiária é uma das coisas mais importantes para nós.

Quero dizer também, Deputado, que Novo Mundo, o novo prefeito de Novo Mundo, Toni Mafini, está empenhado na luta da regularização, montou uma comissão de regularização, a Cidade de Novo Mundo já era para estar toda regularizada, e na gestão passada houve um descaso de gestão e a empresa não fez as medições conforme eram para serem feitas, ia passar esse problema para cada um dos moradores, mas graças a Deus agora o Toni Mafini tomou frente e está aí com a equipe para organizar, tanto a cidade quanto o campo, está empenhado nesta luta.

Mas, hoje, Deputado, eu venho aqui para falar para o senhor, para o senhor dar uma... Vê se o senhor pode ajudar, principalmente, em Novo Mundo, as famílias da Gleba Pacuri, elas receberam uma liminar, depois de 10 anos que elas estão lá na luta, já têm casinha, já receberam PRONAF, têm energia, há mais ou menos, se não me engano, 45 famílias... (ALGUÉM DA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

PLATEIA SE MANIFESTA)... 66 famílias ali na Pacuri, expedida pelo Juiz de Sinop para desocupação da área, hoje Novo Mundo está todo mobilizado, estão buscando formas de ver se conseguem reverter esse quadro.

Então, estou pedindo para o Deputado Valdir Barranco para interceder, ver o que pode fazer por vocês também, aí vocês passam para ele certinho, e no mais muito obrigado.

Agradecer também o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Novo Mundo, que está presente; Sr. Almir da comissão de regularização; os companheiros Vereadores: Nativa, Amado, Marquinhos Bessa, que estão aqui conosco nesta tarde também.

E parabenizar mais uma vez, Deputado, esta iniciativa, nós estamos aí na luta, junto. O Sr. Celso Henrique falou uma coisa que eu gostei muito de os Vereadores da região se unirem a causa, os Prefeitos e os Vereadores, porque esse problema tem que ser resolvido mais rápido possível.

Muito obrigado a todas e a todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado Sr. Zenil.

Só informando que, com relação a Gleba Pacuri, o Sr. Juca havia me falado e nós entramos em contato na Ouvidoria, Dr. Marco Antônio depois vai poder falar sobre isso. Mas, ele veio para cá ontem e já tratou desse assunto hoje e vai ter alguns encaminhamentos importantes do trabalho de defesa dele em prol dos trabalhadores, é uma imensa injustiça o que estão querendo fazer lá.

Assentamento já onde as famílias já estão totalmente adaptadas lá, com mais de 10 anos, e agora de repente uma decisão dessas, por causa de duas pessoas vai querer retirar todas as famílias de lá, mas o Dr. Marcos Antônio está trabalhando nisso, vai poder falar daqui a pouco e, se Deus quiser, vamos obter êxito nessa luta aí.

Quero convidar para fazer uso da palavra, nosso último inscrito, Presidente desta Casa, o Vereador Paulo Cezar Dendena.

O SR. PAULO CEZAR DENDENA – Novamente, boa tarde a todos!

Os meus dois questionamentos: um vai ser direcionado ao Sr. Paulo Garcia, Coordenador, que é referente ao assentamento Planalto do Iriri, que se trata de conflitos que ocorrem lá. Então, nós queremos cobrar do INCRA, o mais rápido possível, uma ação que venha acabar definitivamente com esses conflitos. Então, essa pergunta é direcionada ao Sr. Paulo.

E há mais uma aqui, a questão da Gleba Eta, nós temos um problema crônico, porque ela fica praticamente dentro da Teles Pires, e temos a sede do Município e no entorno do Município nós não temos como fazer a regularização fundiária de forma alguma. Nós temos essa cobrança, é o assentamento mais antigo do Município de Peixoto de Azevedo, desde a Fundação do Município, mais de 30 anos, e nós não temos nenhuma resolução que pode estar regularizando essa área da Gleba Eta.

Então, eu quero fazer essa pergunta, essa cobrança. Então, ver com o Sr. Paulo, extensivo também ao Daniel, que é o Chefe da Unidade de Peixoto de Azevedo, que possam dar o esclarecimento nessas duas questões: que é do conflito agrário do Planalto do Iriri e da Gleba Eta, que estão no entorno da nossa cidade de Peixoto de Azevedo. E também do perímetro urbano, temos discutido várias vezes no Distrito União do Norte, há essa preocupação dos moradores lá do nosso Distrito, hoje há 10.000 pessoas que moram naquele Distrito. Também direcionado ao nosso Chefe da Unidade de Garantã do Norte.

Então, essas são as minhas perguntas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Passando agora para a etapa de respostas, vamos começar pelo Daniel, que está representando o Ronaldo, do Terra Legal, que fala pelo Terra Legal, para tirar as dúvidas; depois, o Dr. Marco Antônio, que fala pela Ouvidoria Agrária; e, por último, o Paulo, que vai ter maior número de questionamentos.

O SR. DANIEL NORONHA – Bom, quero começar, primeiramente, com a questão da resposta ao Ambrósio.

Estivemos em Cuiabá na última semana, inclusive, acompanhado pela cobrança também do Vereador Paulinho, Presidente da Câmara, que está presente, em relação à titulação urbana do Distrito União do Norte.

Tivemos dois impasses jurídicos, porque houve o indeferimento desse processo. Um seria a questão de montar dois processos separados, pois existe a matrícula da Cachimbo I e uma da Cachimbo II.

A análise jurídica indeferiu esse processo focado que sejam montados dois processos, um referente a parte da Cachimbo II e um da Cachimbo I.

Teve também um segundo indeferimento, que foi a questão da matrícula, pois a matrícula que estava anexa ao processo falava que a parte da Cachimbo II estava em nome da agropecuária Cachimbo. Já estive no cartório com o Sr. Ademar, resolvemos esse impasse, está inclusive fazendo uma certidão já lá esclarecendo toda essa dúvida para anexarmos no processo uma certidão falando que a devida matrícula da Cachimbo II está em nome da União.

Já estive também na prefeitura municipal ontem, falando com o Secretário, Sr. Vilamir, o Prefeito não estava presente, mas já fiz a solicitação de toda a parte documental para iniciarmos esses dois processos relacionados à titulação do perímetro urbano do Distrito União do Norte. Estaremos encaminhando esse processo o mais breve possível entre esses quinze, vinte dias, mandando novamente ao MDA para que consiga prosseguir com esse processo, atendendo os indeferimentos que obteve o processo.

Então, já estou providenciando isso, agradeço também o Paulinho por ter nos acompanhado lá.

Vou falar também um pouco da parte da L. Souza, que foi a empresa que ganhou o trâmite licitatório que, inclusive, veio o representante do Terra Legal, na época, para fazer o georreferenciamento do PA Teles Pires e também do PA ETA, de Peixoto de Azevedo. E também a questão de outros PAs, acredito eu, de Nova Guarita, foi o que o nosso companheiro Bugão, de Nova Guarita, aportou.

Essa L Souza fez vários trabalhos aqui, apresentou o processo físico ao MDA. Deputado Valdir Barranco, teve umas situações que, quando houve mudança da legislação em que se cobrava da empresa, até tal data, ia cobrar da empresa o processo físico e posterior só o processo lançado, o físico e o lançamento no SIGEF, que anteriormente era lançado nessa base de dados e quem lançava era o órgão.

O que aconteceu? A empresa protocolou todo esse processo físico antes desse prazo de inclusão de ser competência da empresa lançar na base do SIGEF. Houve um confronto verbal, inclusive, houve algumas situações da empresa, que tentou rever toda essa situação, dizendo que ela protocolou em tempo hábil, que quem tinha competência era o Terra Legal e o MDA, mas enfim, por tudo isso já foi notificada essa empresa. Já houve também essa conversa, já tentei localizar o Lídio, já fiz contato por telefone com ele, falei com o Ronaldo do Terra Legal, o Ronaldo vai notificar o mais breve possível o Lídio, porque são dois representantes da empresa L Souza, Lidiomar e Marcio Avello, que eram sócios e serão notificados para apresentar a devida retificação

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

em tempo hábil ou devolver esse recurso. Vai se montar um processo para devolver esse recurso, essa foi a conversa que tive com o Ronaldo do Terra Legal, referente a essa situação do PA ETA e da Gleba Teles Pires.

Passando um pouquinho para frente, só ressaltando ao Sr. Paulo, nós temos dois assentamentos aptos à titulação: São José União e PA Bel Monte, também.

Em PA Bel Monte, foi feita a demarcação com recurso próprio dos parceiros em parceria com o sindicato, e o Jorge Fonseca era o técnico do INCRA que certificou todas as plantas e fez todos os encaminhamentos dentro da superintendência. Então, nós temos dois assentamentos, e PA Bel Monte também está incluso.

Vale ressaltar também, eu só quero deixar uma situação aqui, Sr. Valdir Barranco, até de certa forma respondendo a algumas situações do Horizonte, de Guarantã do Norte - nosso vereador cobrou aqui -, a questão que teve vários assentamentos... Na reunião que tivemos, realmente, em Barra do Garças, resolvemos fazer um enquadramento, vamos rever os assentamentos, fazer uma seleção daqueles que realmente estão aptos - como o Sr. Paulo falou - à titulação. Um desses *checklist*, que nós realizamos lá, foi conferir assentamentos que já possuem matrículas, conferir os assentamentos que estão com matrículas e certificados com o "geo" já.

Então, foi por um desses enquadramentos que nós estivemos nesta reunião por uma semana, em Barra do Garças.

Um dos problemas, que constam no Horizonte, é que houve vários termos de Cooperação Técnica, realizados em alguns assentamentos, porém o assentamento nem matrícula tinha. Então, tem que mover um processo, passar pela parte jurídica. Enfim, há uma série de fatores que, infelizmente, de uma certa forma, requer um pouco mais de atenção e requer um prazo também para toda a análise, que demora um pouco para gerar essa matrícula para daí posteriormente se certificar os perímetros, lançar os perímetros das parcelas no SIGEF. E aí, posteriormente, entrar com a vistoria de titulação. Então, desses 32 assentamentos que analisamos na nossa região, aproximadamente, treze assentamentos já estão com matrículas e alguns, fora São José da União e Belmonte, o resto precisa de georreferenciamento.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Obrigado, Daniel.

Vamos convidar o Sr. Marcos Antônio Rocha e Silva para falar em nome da Ouvidoria, e tirar as dúvidas, principalmente, as dúvidas que foram bastante dirigidas da Gleba Bacuri, mas há outras que ele deve ter anotado ao longo da Audiência Pública.

O SR. MARCOS ANTÔNIO ROCHA E SILVA - Mais uma vez, boa tarde a todos!

A Gleba Bacuri, conhecida por muitas pessoas na região de Novo Mundo, são dois processos de assentamentos oficiais do INCRA publicados, lançados e implantados, em 2005. As famílias foram devidamente cadastradas, selecionadas e assentadas. Lá receberam os créditos do programa de reforma agrária, chegando, inclusive a receber o crédito habitação, e foram implantados e construídos os imóveis, as moradias.

Esses dois imóveis, que seriam Cristalino II e IV, por infelicidade - eu assumo esta fala - do juiz federal, foi proferida uma decisão em liminar para que sejam desocupados esses dois imóveis, o que vai atingir praticamente 70 famílias. Estivemos já, fazendo gestão junto a esse juiz da 2ª Vara da Comarca, que é a Subseção da Justiça Federal de Sinop, e temos prazo para apresentar algumas documentações.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

Segundo: essa liminar não poderia ser expedida, porque há uma Ação de Nulidade de Registro Público, promovida pela Advocacia-Geral da União, sobre os domínios que são considerados pela União como fraudulentos daquelas pessoas que receberam essa liminar.

Tivemos, hoje, a ajuda do nosso companheiro Wendel que foi uma reunião - vamos dizer assim - com o Juiz da Comarca de Guarantã do Norte que está com a carta precatória para cumprir essa reintegração de posse. E temos o compromisso de, até na próxima segunda-feira, às 17h, apresentar uma série de documentos a ele, um histórico da implantação desse projeto de assentamento, a relação dos beneficiários dessas famílias e teremos tempo para atuar na Ação de Nulidade de Registro Público.

Então, essa ação é prioritária para os trabalhos não só da AGU como do INCRA. Temos a certeza absoluta que, mais uma vez, os trabalhadores sairão vitoriosos nesse imóvel. Não é a primeira vez que é dada liminar para tirar essas famílias. E nós estamos atuando!

Tenho certeza que vocês não têm que ficar tranquilos, não estou dizendo isso, mas o INCRA, a ouvidoria e a Advocacia-Geral da União farão tudo que é possível para suspender essa reintegração de posse.

A respeito ao Planalto do Iriri eu recebi essas informações, e no passado, também, já havia recebido, quando o Sr. Gilmar Ferreira Mendes atuava em prol de si próprio arregimentando gente, arrecadando dinheiro e mentindo, enganando as famílias. Vieram sucessores que estão no mesmo caminho, na mesma prática.

Nós, primeiro, assumiremos aqui o compromisso de mandar um comunicado à sociedade local que nenhuma daquelas pessoas que está arregimentando pessoas ou trabalhadores, enganando, tomando dinheiro, tem qualquer autorização do INCRA. A reforma agrária quem faz e quem aplica é o INCRA. É o INCRA que cadastra e seleciona as famílias a serem beneficiárias. Não são aqueles aproveitadores que estão lá. Também, farei gestão ao Superintendente e em Brasília, na Presidência do INCRA, porque, hoje, a Ouvidoria Agrária é vinculada à Casa Civil da Presidência da República e vinculada diretamente ao Presidente do INCRA. Vamos buscar um recurso financeiro para delimitar aquela propriedade, para vir aqui, se possível, ou Ouvidor Agrário com os técnicos do INCRA que conhecem muito bem aquele local e vamos notificar um a um daqueles ocupantes irregulares. Vamos notificar aquelas pessoas que se dizem representantes do INCRA na região que tomando dinheiro das pessoas menos esclarecidas.

Este é o posicionamento que nós adotamos, neste momento, e que podemos dar aos senhores.

Ademais, se tiverem algum pedido de informação estou à disposição. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Parabéns, Dr. Marcos Antônio, sempre atuando em defesa dos trabalhadores, dos acampados, com muita competência, acima de tudo, e com muita seriedade e honestidade.

Quem está aqui é da Gleba Bacuri?

(PARTICIPANTES DA PLATEIA SE MANIFESTAM.)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Então, o Dr. Marcos terá muito trabalho até segunda-feira, às 17h, Dr. Marcos?

O SR. MARCOS ANTÔNIO ROCHA E SILVA (FALA FORA DO MICROFONE) – Perfeitamente, Excelência.

Tem um acordo e tem um grupo representando que estarão em Cuiabá e tem que me entregar uns documentos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Então, tem um acordo com um grupo de representantes para estarem em Cuiabá para entregar os documentos. O Dr. Marcos vai trabalhar no final de semana e segunda-feira para até 17hs cumprir com esse compromisso.

O SR. MARCOS ANTÔNIO ROCHA E SILVA – Excelência, ficou um mal entendido.

Essas pessoas que estiverem em Cuiabá já se reuniram com a Ouvidoria, já se reuniram com a GU e se comprometeram a, hoje, nesta vinda minha aqui, me entregar esses documentos. Esses documentos são urgentes. Eu preciso para trabalhar este final de semana e dar resposta aos senhores, porque, se eu não tiver esses documentos, não tenho como cumprir o prazo com o Juiz e vou aqui mentir para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Beleza! Já estão com eles os documentos. Ótimo! Entendi agora. Está bem esclarecido.

Obrigado, Dr. Marcos!

Então, por último, para tirar as dúvidas, para a palavra ao representante do Superintendente do INCRA, nosso amigo Sr. Paulo Garcia.

O Paulo tem uma vasta experiência. Ele já foi Superintendente do INCRA em Marabá, no Pará, na Superintendência de Marabá, e tem contribuindo muito. Se não andar a titulação com o Paulo, vamos desanimar, porque eu coloco muita fé nele. Ele já tem feito muito.

O SR. PAULO GARCIA – Obrigado pelas palavras, Excelência.

Não sobrou quase nada para eu falar, porque as questões eram mais de litígio e o Terra Legal, mas eu vou tentar.

O Luiz Carlos - cadê o Luiz Carlos? -, acho que ele não está mais, mas ele falou sobre a questão dos acordos judiciais nessas áreas de regularização fundiária que tem o interesse do ocupante e, também, interesse de famílias que querem ser assentadas.

Uma das propostas que eu coloco aqui para o Terra Legal... Não adianta chegarmos aqui com o canto da sereia e tampando o sol com a peneira para vocês, porque se tem um ocupante numa área, sim ou não, ele tem direito, talvez, a tudo ou a uma parte.

Então, a minha proposta é que o Terra Legal dê celeridade à análise desses pedidos de regularização e os que forem indeferidos já passarem ao Ministro desafetar e passar ao INCRA para criar o assentamento, dar prioridade a essas análises.

Sobre a questão do acordo que foi falado de metade, metade, isso depende da Advocacia-Geral da União. Eu penso que em certas situações é melhor um mau acordo do que uma boa demanda, mas não depende... Depende dos advogados do INCRA, mas pode ser... As famílias... Eu vou passar isso ao Superintendente para tentar sensibilizar para vermos se caminhamos para um acordo que tenha essas ações.

Nesta mesma fala eu respondo a Cássia Vieira, que, também, tem umas áreas.

As áreas todas que ela citou já têm ações reivindicatórias da AGU. Então, está nesse impasse mesmo da questão judicial. O que o INCRA tinha que fazer é provocar a nossa AGU. A AGU está tomando as providências. Então, está fora da gerência do INCRA, depende da Justiça Federal, como foi falado aqui pelo Joel.

Quanto à demanda do Joel...

Até quero fazer um elogio ao Joel que enquanto Chefe da Unidade de Colíder desempenhou um ótimo trabalho. É motivo de elogio nosso lá. É por isso que sempre falo que mesmo com todas as dificuldades, se o servidor, o colaborador quiser, pode fazer algo diferente. O

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

Joel fez um bom trabalho lá, emitiu muitos CCUs e contribuiu muito naquela região. Ele sabe do que eu estou falando, das problemáticas que havia lá e na gestão dele avançou muito.

Essa proposta que ele colocou para o Deputado Valdir Barranco eu vou pegar uma cópia e vou dar uma estudada nela naquilo que for possível no Serviço de Desenvolvimento para nós implantarmos.

Sobre a morosidade dos bloqueios que o Joel, também, comentou, infelizmente, isso acontece mesmo. O INCRA sede tem se esforçado por meio do nosso sistema operacional, chamado SIPRA, para dar vazão a esse desbloqueio de forma massiva nesses casos que o TCU até já julgou pertinentes. Mas, infelizmente, a questão tecnológica o INCRA está capengando no sistema arcaico, é uma dificuldade que nós temos. Os próprios técnicos ali estão ávidos para fazer o desbloqueio com defesa, processo instruído, mas não conseguimos transformar isso no sistema e operacionalizar esse desbloqueio.

Mas a equipe de tecnologia do INCRA, nesse carnaval - eu conversei com o Coordenador-Geral lá da ação responsável pelo nosso sistema, que é o SIPRA - trabalhou com afinco para tentar resolver essa questão de tecnologia mesmo no nosso sistema. Acredito que logo vamos conseguir dar vazão nesse desbloqueio.

Também o Vereador Valter, de Guarantã do Norte, Nova Guarita, citou aqui sobre a emenda impositiva, emenda federal. Então, se eles conseguirem colocar a emenda, esse recurso, automaticamente, virá para a regularização fundiária. Agora o que vai acontecer é uma briga de facção entre o INCRA, Terra Legal, o próprio ITERPA, INTERMAT, para ver quem vai pegar a fatia desse bolo, desses 68 milhões.

Eu espero que venha recurso suficiente para atender a nossa demanda, porque esse recurso vem para a regularização fundiária e urbana. Então, o Terra Legal vai ter que ter um aporte desse recurso, o INCRA e até o próprio INTERMAT.

Sobre georreferenciamento também foi citado que foram feitos alguns georreferenciamentos do perímetro dos projetos de assentamentos. Infelizmente, o perímetro não é suficiente para a titulação, tem que ser o geoparcélamento para averbar no cartório o parcelamento e tem que estar no SIGEF certificado.

Então, o Terra Legal fez bastante georreferenciamento e certificou só os perímetros do PA.

Está em estudo na gestão do INCRA, na alta direção, de aproveitarmos, já que está o perímetro certificado, o parcelamento antigo para avançarmos na titulação. Mas isso tem uma forte resistência na própria autarquia, no setor técnico do INCRA. Inclusive, isso está na lei, também, para essa modalidade, mas, ainda, o INCRA não regulamentou e vamos ter dificuldade nos cartórios depois, levar registro a esses lotes. Está neste impasse. Tomará que passe isso para que possamos conseguir... No caso dos projetos daqui, que só tem dois aptos, já pularia para uns treze.

Esses dois que o Sr. Daniel citou, Bel Monte e São José da União - já que o Superintendente Bosco me deu autonomia para falar aqui - eu já vou fazer o compromisso que vamos colocar a equipe para fazer a titulação este ano. Ele vai ter que dar um jeito dele já que me deu essa autonomia. Então, já vamos começar o plano piloto por esses dois, também, fazer a titulação e a regularização das famílias que não estão regulares no PA. A proposta é fazer o cadastro, homologar e titular.

No mais, estou à disposição.

Muito obrigado a todos! Obrigado, nobre Deputado! Obrigado a todos por esta importante Audiência Pública (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Eu que agradeço, Paulo! Leve os nossos agradecimentos ao Superintendente João Bosco.

Agradeço ao Programa Terra Legal; à Ouvidoria Agrária; ao Presidente desta Casa que não mediu esforços, inclusive, na última hora, diante da quantidade de pessoas presentes, organizando cadeira; à TV Assembleia Legislativa e Rádio Assembleia; a todo pessoal do nosso Cerimonial; ao Sindicato; ao Prefeito Valter, que aqui esteve demonstrando o seu interesse com relação à questão fundiária do Município de Terra Nova; a todos os Vereadores que se fizeram presentes aqui; aos servidores do INCRA de Guarantã do Norte, o Wendel, o Carlinhos, o Serginho, que não está, porque alguém tinha que ficar lá para atender a demanda.

Nós vamos continuar a nossa luta pela criação da Superintendência Regional do INCRA do Nortão.

Quero agradecer a FETAGRI que tem sido grande parceira, Sr. Juca, nossa e nós dela. Eu destinei uma Emenda minha no valor de 150 mil à FETAGRI para que ela possa adquirir um micro-ônibus para transporte de lideranças durante os seus encontros lá, Sr. Valter. E eu, reconhecidamente pelo Governo do Estado, fui o Parlamentar que mais Emendas para a agricultura familiar destinou neste ano de 2017, o que demonstra o nosso compromisso de direito e de fato com a agricultura familiar, com a regularização fundiária e com a reforma agrária.

Quero agradecer também ao nosso Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Eduardo Botelho, que não tem medido esforços para que as nossas Audiências Públicas possam acontecer com êxito.

Nós estaremos, na próxima quinta-feira, instalando a Câmara Setorial Temática na Assembleia Legislativa. É uma iniciativa inédita para que possamos, ao longo de seis meses, que pode ser prorrogado ou não, debater a fundo as questões fundiária, urbana e rural do Estado de Mato Grosso, onde irão participar diversos órgãos representativos da questão fundiária do Estado de Mato Grosso, o INCRA, o INTERMAT, as Universidades, o Tribunal de Justiça, as Procuradorias Federais, AGU, Procuradoria da Assembleia Legislativa.

Enfim, serão momentos de ampla discussão para que ao final de seis meses possamos apresentar uma proposta pronta e acabada de como deve ser feito para que se tenha êxito. Se o Governo do Estado, se o Governo Federal, se os Governos municipais quiserem solucionar o problema agrário de Mato Grosso, qual será o caminho e quais serão as iniciativas adotadas?

Todos os movimentos sociais estarão participando conosco nesse debate.

Ao final de seis meses, nós estaremos instalando, Dr. Marcos Antônio, na Assembleia Legislativa um espaço onde será o Núcleo de Mediação de Conflitos Agrários e de Conflitos Urbanos. Isso é permitido pela Legislação Federal de 2015, mas nenhum Estado ainda implantou. E nós iremos, a partir dessa nossa iniciativa, dar a contribuição da Assembleia Legislativa para a situação agrária do Estado de Mato Grosso.

São muitos os processos que se avolumam, que se empilham no Judiciário. Muitas vezes o Judiciário não está preparado, não são Juízes da área agrária e sempre a corda tem arrebentado do lado do mais fraco, do lado dos pequenos. E nós queremos que a Assembleia Legislativa dê essa contribuição com a instalação do Núcleo de Mediação de Conflitos, onde a Assembleia Legislativa irá preparar os mediadores, capacitar os mediadores a contratar mediadores para que quando houver conflitos primeiro vá para lá, faz-se a mediação e depois o relatório final vai à Justiça apenas para a homologação.

Nós queremos contar muito com a sua colaboração, Dr. Marcos Antônio, com sua experiência nesse núcleo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

Quero dizer ainda que na quinta-feira será a instalação da Câmara Setorial Temática e na sexta-feira às 09h da manhã estaremos promovendo, no Teatro Zulmira Canavarros, na Assembleia Legislativa, a Audiência Pública para debater a reforma da previdência.

A reforma da previdência é uma afronta contra os trabalhadores brasileiros.

Nós faremos a nossa parte para fazer com que os Parlamentares federais, através da mobilização popular dos trabalhadores da iniciativa pública e privada possam ter a consciência de que não podemos deixar prosperar a reforma da previdência assim como está colocada.

Ninguém mais vai se aposentar no Brasil se ela for aprovada dessa forma! Vai necessitar quarenta e nove anos de contribuição efetiva ininterruptos. Quem tiver um mês desempregado, e hoje são catorze milhões de brasileiros e brasileiras desempregados, não contará esse prazo. Se tiver um ano vai para cinquenta, se tiver dois vai para cinquenta e um, portanto, se aposentará com o atestado de óbito.

Estaremos lutando para que isso não aconteça, porque o sonho do pobre ainda é poder desfrutar alguns anos da sua velhice com direito à aposentadoria, direito que está sendo afrontado, que está na eminência de ser negado com a reforma da previdência e nós estaremos lá com a FETAGRI, com a CONTAG, com o SINTEP, com a CUT, com o fórum sindical dos servidores do Estado de Mato Grosso, com outros Parlamentares, com a parceria do Deputado Federal Ságua Moraes, já confirmou presença o Senador Paulo Paim, o Senador Pimentel e outros colaboradores que estarão presentes.

Queremos colocar muita gente lá para dizer “Não” a essa afronta que é a reforma da previdência.

O trabalhador rural com essa reforma não vai mais se aposentar. Vai ter que ter vinte e cinco anos de comprovada contribuição e nós sabemos que na roça é muito mais difícil chegar aos 60, 65 anos com saúde e com vigor. O sol escaldante, o trabalho do dia a dia, as mãos calejadas impedem que se chegue aos 60, 65 anos ainda com perspectiva de viver mais.

Vinte e cinco anos de contribuição é algo inaceitável de contribuição efetiva e comprovada. Portanto, vamos fazer essa luta com a mobilização da sociedade.

Quero dizer também que no dia 08 estarei participando, nosso mandato participará, da caminhada em defesa das mulheres do campo na celebração do Dia Internacional da Mulher.

Quero agradecer a todos e todas e convidar a professora Rosa Neide, que vai fazer alguns encaminhamentos, em seguida vamos cantar o Hino do Estado de Mato Grosso para que possamos assim, conforme o Regimento da Casa de Leis, encerrar esta audiência, que foi muito frutífera.

Agradeço a cada um e cada uma.

Não é fácil, numa sexta-feira, duas horas da tarde, com um calor desses, depois do carnaval - não tivemos carnaval, passamos trabalhando para organizar esta audiência -, mas agradeço e parabenizo por vocês terem participado aqui de um momento que pode ter sido histórico para esta região. (PALMAS)

A SR^a ROSA NEIDE SANDES DE ALMEIDA – Boa tarde!

Os encaminhamentos do Deputado, após finalizar a Audiência Pública, apesar de muitas respostas que já foram dadas aqui, é dizer que além desse objetivo de fazer o diálogo também tem o objetivo de ao final deixar os encaminhamentos que a região podem fazer.

Muitos dos encaminhamentos foram feitos aqui nas falas dos senhores e senhoras e das autoridades que compuseram esta mesa, na questão de que os entes federados - e acho que a nossa Vice Prefeita foi muito feliz no seu pronunciamento - a União, os Estados, no caso o Estado

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

de Mato Grosso e os Municípios, juntos, têm que determinada e continuamente se reunir, discutir e encaminhar.

Por isso, nós que estamos no Poder Legislativo, na Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, com a presença do Presidente da Casa e de que muitos vereadores dos municípios circunvizinhos, então, um dos encaminhamentos aqui, se for da aceitação do nosso Presidente Paulo Cezar Dendena e demais vereadores, é que a Câmara de Peixoto de Azevedo faça um encaminhamento, Sr. Presidente, junto com os demais vereadores da região, e alguns vereadores também sugeriram isso aqui junto com o senhor, que o senhor faça, a partir desta Casa e da sua gestão, um grupo de trabalho com os vereadores para que juntos com o INCRA, com o INTERMAT, com os órgãos, cartórios municipais, prefeitos, um chamamento da Câmara, que o órgão legislador, com o prefeito, para que realmente a região tenha um trabalho continuado e possa, através do mandato do Deputado Valdir Barranco, intermediando em Cuiabá com o INCRA e com o INTERMAT, manter este dialogo constante, encaminhando as demandas que existem em Peixoto de Azevedo e cidades circunvizinhas.

Esse grupo de trabalho pode, já em seguida, propor uma reunião em Cuiabá com a presença das Câmaras, mediado pelo Deputado com o INCRA, com o INTERMAT e com outras entidades responsáveis, para que essas dificuldades que foram aqui apontadas, e precisa sentar tecnicamente e serem encaminhadas a Cuiabá, para que não precise todo o dia o Presidente de uma Associação, por exemplo, se desgastando, gastando e se deslocando a Cuiabá. Traz as demandas a suas Câmaras, depois para a Assembleia Legislativa, e a Assembleia Legislativa, através do mandato do Deputado Valdir Barranco, agenda no INCRA, que está sempre de portas abertas, o Deputado tanto atende no gabinete, como atende no INCRA, fazendo essa articulação; se precisar ir a Brasília também vocês farão essa articulação em comum e se precisar que seja no INCRA ou INTERMAT a articulação, através do Deputado Valdir Barranco, para que não precisemos mais esses deslocamentos onerosos e difíceis para pessoas que moram tão longe da Capital do Estado.

E o nosso Presidente, se for da aceitação dele, Deputado, com a coordenação do Deputado em Cuiabá, coordenará esse grupo de Prefeitos e Vereadores com os técnicos do INCRA daqui da região.

É esse o encaminhamento para esta Audiência Pública ter continuidade durante todo o período de gestão que todas as entidades aqui representadas necessitam para dar continuidade à resolução dos problemas.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Só quero informar que o INTERMAT também foi convidado. Infelizmente não se fez presente, mas não vai deixar de cumprir a parte dele porque nós estaremos lá para cobrar.

Eu quero agradecer todos e todas.

Convido todos e todas para que em posição de respeito cantemos o Hino do Estado de Mato Grosso.

(O HINO DO ESTADO DE MATO GROSSO É EXECUTADO.)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2017, ÀS
14h30MIN.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Nerissa Noujain Salomão Santos;
 - Rosilene Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.